



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

LEI Nº1.335, DE 17 DE JULHO DE 2024.

Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2025, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE**, Estado de Mato Grosso do Sul, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no Art. 165, § 2º, da Constituição Federal e na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2025, compreendendo:

- I - Metas e prioridades para o orçamento do Município;
- II - As diretrizes gerais da Administração Pública Municipal;
- III - as diretrizes dos orçamentos fiscal e da seguridade social e das diretrizes gerais de sua elaboração;
- IV - os princípios e limites constitucionais;
- V - as diretrizes específicas do Poder Legislativo;
- VI - as receitas municipais e o equilíbrio com a despesa;
- VII - a alteração na legislação tributária;
- VIII - as disposições sobre despesas de pessoal e encargos;
- IX - as disposições sobre as despesas decorrentes de débitos de precatórios judiciais;
- X - as vedações, quando exceder os limites de despesa com pessoal e os critérios e forma de limitação de empenho;
- XI - as normas relativas ao controle de custos e avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos do orçamento;
- XII - as condições especiais para transferências de recursos públicos a entidades públicas e privadas;
- XIII - as disposições finais.

CAPÍTULO I

Das Diretrizes Orçamentárias

SEÇÃO I

As Diretrizes, Metas e Prioridades para o Orçamento do Município.

Rua Martimiano Alves Dias, 1211 - Centro - São Gabriel do Oeste/MS - CEP 79.490-000
Fone/Fax: (067) 3295-2111 -
Site: www.saogabriel.ms.gov.br
"Doe sangue, doe órgãos, salve uma vida"





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Art. 2º Em consonância com o art. 165, §2º, da Constituição Federal, as Metas e as Prioridades para o exercício financeiro de 2025 são especificadas nos Anexos a este Projeto de Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária de 2025, não se constituindo, porém, em limite à programação das despesas.

Parágrafo único. A execução das ações vinculadas às prioridades e metas do anexo que se refere o *caput* estará condicionada à manutenção do equilíbrio das contas públicas conforme anexo de Metas Fiscais que integra a presente lei.

SEÇÃO II

As Diretrizes Gerais da Administração Municipal

Art. 3º No Projeto de Lei Orçamentária Anual, as receitas serão estimadas e as despesas fixadas segundo preços vigentes em 1º de julho de 2024, podendo, no decorrer da execução do orçamento, esses valores serem atualizados mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – INPC.

Art. 4º Os recursos ordinários do tesouro municipal obedecem à seguinte prioridade na sua alocação:

I - pessoal e encargos sociais;

II - serviço da dívida e precatórios judiciais;

III - custeio administrativo, incluindo a preservação do patrimônio público e contrapartida de convênios;

IV - investimentos.

Art. 5º Os critérios adotados para definição das diretrizes são os seguintes:

I - priorizar a aplicação de recursos destinados à manutenção das atividades já existentes sobre as ações em expansão;

II - os projetos em fase de execução, desde que contidos na Lei de Orçamento, têm preferência sobre os novos projetos.

Art. 6º Fica o Poder Executivo autorizado a representar o Município nas alienações, subvenções, convênios e contratos e a proceder todos os atos para a perfeita representatividade do Município, na celebração de convênios, contratos e outros atos de competência do Executivo.

Art. 7º A proposta orçamentária do Município para o exercício de 2025 será encaminhada pelo Poder Executivo à Câmara Municipal até o dia 31 de agosto de 2024.

Parágrafo único. O Poder Legislativo e os órgãos da Administração Indireta encaminharão ao Órgão Central de Contabilidade do Poder Executivo, até 15 de agosto de 2024, suas respectivas propostas orçamentárias, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária.

SEÇÃO III

As Diretrizes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e das Diretrizes Gerais de sua elaboração

Art. 8º Os orçamentos fiscal e da seguridade social estimarão as receitas e fixarão as despesas dos Poderes Executivo e Legislativo:

I - O orçamento fiscal refere-se aos Poderes do Município, seus Fundos, Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta, Autarquias e Fundação instituída e mantida pelo Poder Público;

Rua Martimiano Alves Dias, 1211 - Centro - São Gabriel do Oeste/MS - CEP 79.490-000

Fone/Fax: (067) 3295-2111 –

Site: www.saogabriel.ms.gov.br

"Doe sangue, doe órgãos, salve uma vida"



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

II - O Orçamento da Seguridade Social abrange todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da Administração Direta e Indireta, Autarquias e Fundação instituída e mantida pelo Poder Público.

Art. 9º O orçamento da seguridade social compreende as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social e obedece ao disposto na Constituição Federal, na Constituição Estadual, na Lei Orgânica e conta, dentre outros, com os recursos provenientes de transferências de recursos do Tesouro, Fundos e entidades da Administração Indireta, convênios ou transferências do Estado e da União para a seguridade social.

Art. 10. Na Lei Orçamentária Anual, que apresentará conjuntamente a programação dos orçamentos fiscal e de seguridade social, a discriminação da despesa far-se-á por categoria de programação em Projeto e Atividade.

Parágrafo único. Para efeito de informação ao Poder Legislativo, a proposta orçamentária constará, em nível de categoria de programação e por órgão, a origem dos recursos, indicando-se para cada um, no seu menor nível e obedecendo à seguinte discriminação:

I - o orçamento a que pertence;

II - a natureza da despesa, obedecendo à seguinte classificação:

a) despesas correntes - Pessoal e encargos sociais: atendimento de despesas com pessoal, obrigações patronais, inativos, pensionistas e salário família; juros e encargos da dívida: cobertura de despesas com juros e encargos da dívida interna e externa; outras despesas correntes: atendimento das demais despesas correntes não especificadas nos grupos relacionados nos itens anteriores;

b) despesas de capital - Investimentos: recursos destinados a obras e instalações, equipamentos e material permanente, investimentos em regime de execução especial, diversos investimentos e sentenças judiciais; inversões financeiras; atendimento das demais despesas de capital não especificadas no grupo relacionado no item anterior; amortização da dívida: amortização da dívida interna e externa e diferenças de câmbio.

Art. 11. A Lei Orçamentária Anual incluirá, dentre outros, os seguintes demonstrativos:

I - das receitas arrecadadas conforme prevê o parágrafo 1º, do Art. 2º, da Lei Federal nº 4.320, de 1964;

II - das despesas conforme estabelece o parágrafo 2º, do Art. 2º, da Lei Federal nº 4.320, de 1964 e de forma semelhante a prevista no anexo 2 da referida lei, que detalha o orçamento em seu menor nível por elemento de despesa;

III - dos recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, de forma a caracterizar o cumprimento da Emenda Constitucional 53;

IV - dos recursos destinados para a execução dos serviços de saúde em cumprimento ao índice estabelecido no Art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

V - por projetos e atividades, os quais serão integrados por títulos, quantificando e qualificando os recursos;

VI - reserva de contingência para atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 12. Na elaboração da Proposta Orçamentária deverá ser incentivada a participação popular através de audiências públicas, conforme estabelece no Art. 48 da Lei Complementar 101, de 2000, e, como condição obrigatória para aprovação da Proposta Orçamentária pela Câmara



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Municipal, deverá ser realizada audiência pública conforme estabelece o Art. 44 da Lei Federal 10.257, de 10 de julho de 2001.

Art. 13. Os orçamentos das Administrações Indiretas e dos Fundos constarão da Lei Orçamentária Anual, em valores globais, não lhes prejudicando a autonomia da gestão legal de seus recursos, cujos desdobramentos, alterações e suplementações serão aprovadas pelo Poder Executivo durante o exercício de sua vigência, mediante autorização legislativa.

Parágrafo único. Aplicam-se às Administrações Indiretas, no que couber, os limites e disposições da Lei Complementar 101, de 2000, cabendo a incorporação dos seus Orçamentos Anuais assim como as Prestações de Conta, às Demonstrações Consolidadas do Município.

Art. 14. Constará da Lei Orçamentária Anual a autorização para a abertura de créditos orçamentários suplementares, para a criação de programas, elementos de despesa, que na execução orçamentária se fizerem necessários ou que apresentem insuficiência de dotação, de acordo com os arts. 41 e 43 e seus parágrafos e incisos da Lei Federal 4.320, de 1964, com a devida autorização do Legislativo municipal.

Parágrafo único. Excluem-se do limite estabelecido na Lei Orçamentária, ficando autorizadas, para utilização dos Poderes Executivo e Legislativo, as suplementações de dotações para atendimento das seguintes situações:

I - insuficiência de dotações nos Programas dos Fundos com recursos da União ou Estados, já disponibilizados no caixa;

II - suplementações referentes às transferências voluntárias e contrapartidas não disponibilizadas no Orçamento, referentes a recursos obtidos por meio de Emendas dos Orçamentos do Estado e da União e de Convênios realizados com o Estado e a União, para todas as áreas do Município;

III - suplementações para atender despesas do Grupo Natureza de Despesas com Pessoal e Encargos Sociais;

IV - suplementações para atender despesas com a Dívida Fundada e os Precatórios Judiciais.

Art. 15. A Lei Orçamentária Anual pode conter reserva de contingência constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal e é equivalente a, no máximo 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida prevista na proposta orçamentária de 2025, destinada a atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos e demais créditos adicionais.

Art. 16. Fica autorizada a realização de concursos públicos para todos os Poderes, desde que:

I - atendam os dispositivos do Art. 169 da Constituição Federal e limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101, de 2000;

II - sejam para suprir deficiências de mão-de-obra ou ampliação de serviços básicos do Município.

Art. 17. Fica autorizada a realização de capacitação e qualificação de recursos humanos, para todos os poderes.

SEÇÃO IV

Os Princípios e Limites Constitucionais

Art. 18. O Orçamento Anual, com relação à Educação, observará tanto na sua elaboração como na sua execução, a aplicação de, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos do Art. 212, da Constituição Federal.

Parágrafo único. Os recursos do FUNDEB, assim como a sua operacionalização Orçamentária e Contábil, devem ser individualizados em termos de registro de receita, bem como aplicação

Rua Martimiano Alves Dias, 1211 - Centro - São Gabriel do Oeste/MS - CEP 79.490-000

Fone/Fax: (067) 3295-2111 -

Site: www.saogabriel.ms.gov.br

"Doe sangue, doe órgãos, salve uma vida"



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

de despesa, de forma a evidenciar as suas gestões, assim como facilitar as Prestações de Contas a quem de direito.

Art. 19. O orçamento relativo à Saúde observará, tanto na sua elaboração como na sua execução, a aplicação de, no mínimo, 15% (quinze por cento) da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, nos termos do Art. 77, Inc. II, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000.

Art. 20. A Lei Orçamentária Anual pode conter autorização para a contratação de operação de crédito pelo Poder Executivo, a qual fica condicionada ao atendimento das normas estabelecidas na Lei Complementar nº 101, de 2000 e na Resolução nº 43, de 2001 do Senado Federal.

Art. 21. A Lei Orçamentária Anual pode conter autorização para a contratação de operação de crédito por Antecipação da Receita Orçamentária – ARO, desde que observado o disposto no Art. 38 da Lei Complementar nº 101, de 2000 e na Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal.

Art. 22. É vedada a utilização de recursos transferidos em finalidade diversa da pactuada.

Art. 23. A despesa total com pessoal do Poder Executivo não pode exceder o percentual de 54% e o do Poder Legislativo em 6%, da Receita Corrente Líquida do Município, considerada nos termos dos arts. 18, 19 e 20 de Lei Complementar 101, de 2000 e no caso de limitação de empenho obedece ao disposto no Art. 42 desta Lei.

Art. 24. As operacionalizações e demonstrações contábeis compreendem, isolada e conjuntamente, as transações e operações de cada Órgão e Fundo ou entidade da administração direta, nos termos do Inc. III, do Art. 50, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 25. As disponibilidades de caixa serão depositadas em instituições financeiras oficiais nos termos do Art. 43 da Lei Complementar nº 101, de 2000 e nos termos do §3º, do Art. 164 da Constituição Federal, devidamente escriturada de forma individualizada, identificando-se os recursos vinculados a Órgãos, Fundo ou despesa obrigatória.

Art. 26. A Pessoa Jurídica em débito com o Sistema de Seguridade Social e com o Município, não pode contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, conforme estabelece o Art. 195, §3º, da Constituição Federal.

Art. 27. A condição de regularidade da pessoa jurídica referida no Art. 26 é a estabelecida pelo Sistema de Seguridade Social.

Art. 28. Integra a Dívida Pública Consolidada as operações de crédito de prazo inferior a 12 (doze) meses, cujas receitas tenham constado do Orçamento, nos termos do §3º, do Art. 29, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Parágrafo único. Equipara-se a Operação de Crédito e integra a Dívida Pública Consolidada, nos termos do § 1º, do Art. 29, da Lei Complementar nº 101, de 2000, sem prejuízo do cumprimento das exigências dos Artigos 15 e 16 da mesma Lei:

- I - a assunção de dívidas;
- II - o reconhecimento de dívidas;
- III - a confissão de dívidas.

Art. 29. Os Precatórios Judiciais não pagos durante a execução do Orçamento em que houverem sido incluídos integram a dívida consolidada para fins de aplicação dos limites da dívida, conforme § 7º, do Art. 30 da Lei Complementar 101, de 2000.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

SEÇÃO V

As Diretrizes Específicas do Poder Legislativo

Art. 30. Para elaboração da proposta orçamentária da Câmara Municipal fica estipulado o percentual de até sete por cento da Receita Tributária do Município e das Transferências Constitucionais da União e do Estado, obedecendo aos arts. 158 e 159 da Constituição Federal e do produto da Receita da Dívida Ativa Tributária.

§1º Os repasses à Câmara Municipal se farão mensalmente, na proporção de um doze avos do total da receita arrecadada no exercício anterior ao dos repasses, conforme legislação específica descrita no *caput* deste artigo.

§2º Para efeito de incorporação da execução orçamentária, financeira e patrimonial da Câmara Municipal, o Poder Legislativo deverá obedecer aos critérios estabelecidos no Decreto nº 10.540/2020 que dispõe sobre o padrão mínimo de qualidade do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle – SIAFIC.

§ 3º O valor do orçamento do Poder Legislativo Municipal poderá ser suplementado ou reduzido nas hipóteses previstas no Artigo 43 da Lei nº 4.320/64.

Art. 31. As despesas com pessoal e encargos da Câmara Municipal, incluindo os subsídios dos vereadores, limitar-se-ão ao estabelecido na alínea “a”, do Inc. III, do Art. 20, da Lei Complementar 101, de 2000.

SEÇÃO VI

As Receitas Municipais e o Equilíbrio com a Despesa

Art. 32. Constituem-se receitas do Município aquelas provenientes:

I - dos tributos de sua competência;

II - de prestação de serviços;

III - das quotas-parte das transferências efetuadas pela União e pelo Estado, relativas às participações em impostos Federais e Estaduais, conforme arts. 158 e 159 da Constituição Federal;

IV - de convênios formulados com órgãos governamentais e entidades privadas;

V - de empréstimos e financiamentos, com prazo superior a 12 (doze) meses, autorizados por Lei específica, vinculados a obras e serviços públicos;

VI - recursos provenientes da Emenda Constitucional 53;

VII - das demais receitas auferidas pelo Tesouro Municipal;

VIII - das transferências destinadas à Saúde e à Assistência Social pelo Estado e pela União;

IX - das demais transferências voluntárias.

Art. 33. Na estimativa das receitas serão considerados os efeitos das modificações na legislação tributária, da variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA, do crescimento econômico ou de qualquer outro fato relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos 3 (três) anos da projeção para os dois seguintes àquela a que se referirem e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

§ 1º Reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

§ 2º O montante previsto para receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das Despesas de Capital constantes do Projeto de Lei Orçamentária.

§ 3º O Poder Executivo colocará à disposição do Poder Legislativo Municipal e dos demais poderes, no mínimo 30 (trinta) dias antes do prazo final para encaminhamento de suas

Rua Martimiano Alves Dias, 1211 - Centro - São Gabriel do Oeste/MS - CEP 79.490-000

Fone/Fax: (067) 3295-2111 –

Site: www.saogabriel.ms.gov.br

“Doe sangue, doe órgãos, salve uma vida”



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 34. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deverá iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto nesta Lei de Diretrizes Orçamentárias, a pelo menos uma das seguintes condições:
I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa da receita orçamentária na forma do Art. 12 da Lei Complementar nº 101, de 2000 e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da Lei de Diretrizes Orçamentárias quando for o caso;

II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no *caput*, por meio de aumento da receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção de caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§2º O disposto neste artigo não se aplica ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

Art. 35. As receitas próprias de Órgãos, Fundos, inclusive Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, serão programadas para atenderem, preferencialmente, as funções próprias de cada um: os gastos com pessoal e encargos sociais, os juros, os encargos e amortização da dívida, a contrapartida a financiamentos e outros necessários para a sua manutenção ou investimentos prioritários, bem como racionalização das despesas.

Parágrafo único. As receitas dos Fundos serão registradas nos Fundos, separando-se por rubricas orçamentárias específicas, inclusive as relativas aos convênios que deverão ser individualizados, exceto as transferências financeiras da Prefeitura Municipal, que serão contabilizadas como receitas extraorçamentárias, conforme Portaria n° 339, de 29 de agosto de 2001, da STN/MF.

SEÇÃO VII

Da alteração na legislação tributária

Art. 36. O Poder Executivo providenciará, a fim de assegurar a programação e arrecadação de recursos, revisões tributárias, vinculadas especialmente:

I - a revisão da legislação e cadastro imobiliário, para efeito de regulamentação, lançamento e arrecadação do IPTU;

II - ao recadastramento dos contribuintes do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, e aprimoramento no sistema de sua fiscalização e cobrança;

III - a reestruturação no sistema de avaliação imobiliária, para cobrança do Imposto de Transmissão Bens Imóveis - ITBI, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição, adequando-o à realidade e valores de mercado;

IV - ao controle do valor adicionado, para efeito de crescimento do índice de participação no Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

- V - as amostragens populacionais periódicas, visando à obtenção de maiores ganhos nos recursos do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, distribuídos em Função da Receita da União, do Imposto de Renda e Imposto sobre Produtos Industrializados;
- VI - a recuperação dos investimentos, através da cobrança da contribuição de melhoria prevista em lei;
- VII - a cobrança, através de tarifas decorrentes de serviços públicos ou do exercício do poder de polícia, com seus custos atualizados de acordo com o dimensionamento das despesas aplicadas na prestação dos serviços e nas demais atividades vinculadas aos contribuintes imobiliários, prestadores de serviços, comércio e indústria em geral, localizados no município;
- VIII - a modernização da Administração Pública Municipal, através da redução de despesas de custeio, racionalização de gastos e implementações da estrutura operacional para o atendimento adequado das aspirações da coletividade.
- Art. 37. O Município fica obrigado a arrecadar todos os tributos de sua competência.

SEÇÃO VIII

Das Disposições sobre Despesas de Pessoal e Encargos

- Art. 38. Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, observado o inciso I do mesmo parágrafo, fica autorizado as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alteração na estrutura de carreiras, bem como admissões e contratações de pessoal por meio de abertura de novos concursos públicos ou a qualquer título, desde que observados os preceitos impostos pelos arts. 15, 16 de 17 da Lei Complementar nº 101, de 2000.
- § 1º Além de observar às normas do *caput*, no exercício financeiro de 2024 as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo deve atender as disposições contidas nos Artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº 101, de 2000.
- § 2º Se durante o exercício financeiro de 2025 a despesa com pessoal atingir o limite de que trata o Parágrafo único, do Art. 22, da Lei Complementar nº 101, de 2000, a realização de serviços extraordinários somente pode ocorrer quando destinada a atendimento de relevantes interesses públicos que ensejem situações emergenciais de risco ou de prejuízos para a sociedade.
- Art. 39. Para o exercício financeiro de 2025 será considerada como despesas de pessoal a definição contida no Art. 18 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

SEÇÃO IX

As Disposições Sobre as Despesas Decorrentes de Débitos de Precatórios Judiciais

- Art. 40. Para atendimento ao prescrito no Art. 100, § 10, da Constituição Federal, fica o Poder Executivo autorizado a incluir no Orçamento a previsão de dotação orçamentária ao pagamento de débitos oriundos de precatórios judiciais.
- Parágrafo único. A relação dos débitos de que trata o *caput* deste artigo somente incluirá precatórios cujos processos contenham certidão de trânsito em julgado da decisão exequenda e atendam a pelo menos uma das seguintes condições:
- I - certidão de trânsito em julgado dos embargos à execução;
 - II - certidão que não tenham sido opostos embargos ou qualquer impugnação aos respectivos cálculos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

III - precatórios apresentados, com características dos itens acima, até a data de 1º de julho de cada ano.

SEÇÃO X

Das vedações quando exceder os limites de despesa com pessoal e dos critérios e forma de limitação de empenho

Art. 41. A averiguação do cumprimento dos limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 da Lei Complementar nº 101, de 2000, será realizada no final de cada quadrimestre.

Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados:

- I - a concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no Inc. X, do Art. 37, da Constituição Federal;
- II - criação de cargo, emprego ou função;
- III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
- IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;
- V - contratação de hora extra.

Art. 42. Se a despesa total com pessoal, do Poder ou Órgão, ultrapassar os limites definidos na Lei Complementar nº 101, de 2000, sem prejuízo das medidas previstas no art. 22 da Lei Complementar nº 101, de 2000, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as providências previstas nos § 30 e 40, do Art. 169 da Constituição Federal.

§1º No caso do inciso I, §3º, do art. 169 da Constituição Federal, o objetivo poderá ser alcançado pela extinção dos cargos e funções.

§2º Não alcançada a redução no prazo estabelecido e enquanto perdurar o excesso, o ente não poderá:

- I - receber transferências voluntárias;
- II - obter garantia, direta ou indireta, de outro ente;
- III - contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal.

Art. 43. Se verificado ao final de um quadrimestre que a realização da receita pode não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, os Poderes Legislativo e Executivo promoverão, por ato próprio nos montantes necessários, nos 30 dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, utilizando os critérios de redução de despesas na ordem inversa ao estabelecido no Art. 4º desta Lei, respeitando o pagamento da Dívida Fundada, precatórios, pessoal e encargos.

§1º No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados, dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas;

§2º Não serão objeto de limitações as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais, inclusive aquelas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

SEÇÃO XI

As normas relativas ao controle de custos e avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos do orçamento

Art. 44. Quadrimestralmente os poderes elaborarão relatórios sobre o controle de custos e avaliações de resultados, contendo, de forma resumida:

- I - Os programas executados e não executados, comparando-se os valores previstos com os utilizados, separando-se as despesas pagas de outros exercícios;
- II - Quantificação dos serviços executados e atendimentos das respectivas Secretarias.

SEÇÃO XII

As condições especiais para transferências de recursos públicos a entidades públicas e privadas

Art. 45. As transferências de recursos do Tesouro Municipal para entidades privadas beneficiarão somente aquelas sem fins lucrativos e de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de fomento à pesquisa e ao desenvolvimento econômico, de cooperação técnica, ambiental e coleta seletiva.

§ 1º As parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, serão em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, fomento ou acordos de cooperação.

§ 2º Para atender ao disposto no *caput*, durante a execução orçamentária do exercício de 2025, o Poder Executivo poderá encaminhar ao Poder Legislativo projeto de lei para abertura de crédito adicional especial.

§ 3º Fica vedada a previsão de recursos orçamentários para subvenções sociais a clubes, associações ou quaisquer entidades congêneres privadas, ressalvado o disposto no *caput* deste artigo.

Art. 46. Despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (Art. 62, da Lei Complementar nº 101, de 2000).

CAPÍTULO II

Das disposições gerais

Art. 47. As propostas de modificação no Projeto da Lei Orçamentária Anual serão apresentadas, no que couber, da mesma forma e nível de detalhamento dos demonstrativos e anexos apresentados.

Art. 48. Fica o Poder Executivo autorizado, no decorrer da execução orçamentária, a abrir créditos suplementares com recursos provenientes do excesso de arrecadação, limitados ao crescimento nominal da Receita do Município, acumulado no exercício.

Art. 49. Para ajustar as despesas ao efetivo comportamento da receita, pode constar na Lei Orçamentária Anual autorização ao Poder Executivo e ao Poder Legislativo para abertura de crédito suplementar de 30% sobre o total da despesa fixada no orçamento geral do Município, observado o Parágrafo único e seus incisos do Art. 14, desta lei, utilizando os recursos previstos nos Inc. I, III e IV, do § 1º, do Art. 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 1964.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

§1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar, remanejar ou extinguir elementos de despesas e fontes de recursos não previstos no orçamento de 2025, dentro dos programas e projetos/atividades existentes e sem alteração destes.

§2º Os elementos de despesas e fontes de recursos não previstos no orçamento de 2024 criados, remanejados e extintos, não onerarão o limite previsto no *caput* deste artigo.

Art. 50. O Poder Executivo, nos termos do inciso IV do Art. 167 da Constituição Federal de 1988, poderá transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária Anual e nos créditos adicionais, em decorrência da extinção, da transformação, da transferência, da incorporação ou do desmembramento de órgãos e entidades, e de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática com a finalidade de facilitar o cumprimento da programação aprovada na LOA.

§ 1º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – transposição: as realocações de recursos no âmbito dos programas de trabalho dentro do mesmo órgão;

II – remanejamento: as realocações na organização do ente público, com destinação de recursos de um órgão para outro;

III – transferência: as realocações de recursos entre categorias econômicas de despesas, dentro do mesmo órgão e do mesmo programa de trabalho.

§ 2º A transposição, remanejamento ou a transferência poderá ocorrer até o limite de 30% (trinta por cento) do total da despesa inicialmente fixada na Lei Orçamentária Anual de 2025.

§ 3º Essa tríade constitucional não poderá aumentar o total da despesa fixada na Lei Orçamentária Anual.

§ 4º As autorizações contempladas no *caput* deste artigo são extensivas às dotações orçamentárias consignadas ao Poder Legislativo e às programações orçamentárias dos fundos e dos órgãos da administração indireta.

Art. 51. O chefe do Poder Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com os Governos Federais, Estaduais e Municipais, por meio de seus órgãos da administração direta e indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não em parcerias ou outras.

Art. 52. Se o Projeto de Lei Orçamentária Anual não for aprovado até 31 de dezembro de 2024, o Poder Executivo executará a sua programação mensalmente até o limite de 1/12 (um doze avos) do total do Orçamento de 2024, observada a efetiva arrecadação no mês anterior, até a sua aprovação pela Câmara Municipal, vedado o início de qualquer projeto novo.

Art. 53. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Gabriel do Oeste/MS, 17 de julho de 2024.


JEFERSON LUIZ TOMAZONI
Prefeito Municipal

S



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

LEI Nº1.335, DE 17 DE JULHO DE 2024

ANEXO

Metas para a elaboração do Orçamento para o exercício de 2025.
Constituem metas para a Administração Municipal para o exercício de 2025.

1. PROGRAMA: MODERNIZAÇÃO E TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO ADMINISTRATIVA.

1.1. ADMINISTRAÇÃO GERAL

- I – Desenvolver ações de modernização das unidades administrativas do Poder Executivo Municipal, bem como implantar mecanismos de tecnologia de informação voltados para dar maior eficiência, celeridade e economicidade;
- II – Promover a atualização e capacitação dos servidores municipais de forma continuada, bem como propiciar participação em seminários, congressos, palestras, cursos de capacitação e aperfeiçoamento profissional;
- III – Revisar o Planos de Cargos e Remuneração;
- IV – Assegurar o reajuste anual dos servidores municipais, de acordo com a data-base de cada categoria;
- V – Continuar os procedimentos de registro, incorporação, identificação, avaliação, conservação e manutenção dos bens móveis e imóveis;
- VI – Modernizar a frota de veículos do Poder Executivo Municipal, mediante a aquisição de veículos novos, realizar serviços de manutenção preventiva e corretiva da frota existente e implantar serviço de monitoramento nos veículos da frota municipal;
- VII – Adquirir materiais de consumo, mobiliários e equipamentos de informática para as unidades administrativas do Poder Executivo Municipal;
- VIII – Modernizar e adquirir equipamentos de melhor eficiência energética, como computadores, condicionadores de ar e placas fotovoltaicas;
- IX – Continuar os procedimentos de organização e fortalecimento da Procuradoria Jurídica do Município;
- X – Revisar e atualizar a legislação municipal, especialmente o Código de Obras;
- XI – Fortalecer as atividades do Procon Municipal;
- XII - Divulgar as ações de governo e campanhas de interesse da sociedade, mediante a contratação de veículos de comunicação e publicidade;
- XIII - Proporcionar condições para a manutenção das atividades da Comunicação e Publicidade, mediante a contratação de serviços, aquisição de materiais de consumo, mobiliários, equipamentos e materiais permanentes em geral;
- XIV – Implantar o Programa Municipal de Educação Fiscal e Financeira;
- XV – Manter e ampliar o sistema de videomonitoramento nas principais vias urbanas e no entorno dos prédios públicos do Município;
- XVI – Construir, reformar e adequar os prédios públicos;
- XVII – Desenvolver ações voltadas a manutenção do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de São Gabriel do Oeste-MS, que tem por finalidade básica proporcionar aos seus segurados e dependentes o amparo da previdência social assegurada constitucionalmente aos servidores públicos;
- XVIII - Construir sede recreativa, dotada de infraestrutura nas áreas de esporte, lazer e recreação, para a promoção da qualidade de vida dos servidores públicos municipais;
- XIX - Criar almoxarifado central;
- XX - Garantir serviços de conexão gratuita de internet nos espaços públicos.

Rua Martimiano Alves Dias, 1211 - Centro - São Gabriel do Oeste/MS - CEP 79.490-000

Fone/Fax: (067) 3295-2111 –

Site: www.saogabriel.ms.gov.br

“Doe sangue, doe órgãos, salve uma vida



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

1.2. ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA-TRIBUTÁRIA

- I – Desenvolver ações voltadas para a manutenção do equilíbrio das finanças públicas;
 - a) Cumprir as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Legislação Financeira;
 - b) Acompanhar a execução orçamentária-financeira.
- II - Manter as ações que visam o controle dos gastos municipais e os ajustes fiscais necessários à recuperação das finanças municipais, podendo, se for o caso, contratar serviços especializados de consultoria em Gestão Contábil-Financeira;
- III - Incrementar mecanismos voltados para a redução da dívida ativa e a recuperação dos créditos, mediante Programas de Incentivo e Parcelamento Administrativo;
 - a) Atualizar o banco de dados da Dívida Ativa;
 - b) Promover cobrança extrajudicial e judicial desses débitos.
- IV - Dar continuidade à política de justiça fiscal com o objetivo de combater ações de sonegação de tributos municipais;
 - a) Fortalecer medidas de fiscalização;
 - b) Promover a modernização dos setores de arrecadação.
- V - Manter sistemas informatizados de controle e acompanhamento da arrecadação municipal;
- VI - Desenvolver práticas para a comodidade e agilidade de atendimento ao contribuinte (serviços *online*);
- VII - Amortizar as dívidas do Município, mediante o pagamento dos parcelamentos e precatórios existentes;
 - a) Adotar medidas para revisão dos juros e encargos, quando possível.
- VIII – Promover campanhas junto aos contribuintes sobre a importância dos tributos e do respectivo pagamento;
 - a) Instituir premiações voltadas para o incremento da arrecadação de impostos.
- IX – Promover a participação popular nas ações governamentais e de elaboração dos orçamentos;
 - a) Fortalecer a Ouvidoria Geral como canal direto de comunicação;
 - b) Realizar audiências públicas.
- X - Implantar o Programa IPTU Verde, para dar desconto no imposto aos proprietários de terrenos sem construção, que plantem grama e mantenham devidamente cuidados.

2. CONTROLADORIA (CONTROLE INTERNO)

- I - Fortalecer as ações da Controladoria Interna;
 - a) Implementar a estrutura mobiliária;
 - b) Implantar mecanismos informatizados de acompanhamento das receitas e despesas, licitações, contratos e parcerias.
- II – Ampliar o quadro funcional da Controladoria Geral;
 - a) Capacitar os servidores do setor.
- III – Adotar medidas que garantam a transparência das ações e atos administrativos;
 - a) Contratar meios de divulgação e informação em geral;
 - b) Manter a imprensa oficial e da *homepage* da Prefeitura;
 - c) Realizar audiências públicas, reuniões ampliadas e debates sobre assuntos de interesse da sociedade.

3. PROGRAMA: INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

- I - Executar programa de asfaltamento e drenagem, objetivando atingir 100% das vias urbanas;
- a) Utilizar equipamentos e recursos da Prefeitura Municipal;
 - b) Utilizar equipamentos e recursos do Governo Estadual;
 - c) Utilizar equipamentos e recursos do Governo Federal;
 - d) Realizar parceria público-privada.
- II - Adquirir patrulhas mecanizadas (motoniveladoras, caminhões truck, basculantes, comboio de abastecimento, escavadeiras e pás carregadeiras);
- III – Dar continuidade na construção de pontos de ônibus nos locais de paradas do transporte coletivo;
- IV – Construir praça de esporte e lazer no Bairro Cidade Jardim;
- V - Implantar projeto de arborização e jardinagem;
- a) Instalar lixeiras nas vias e logradouros municipais;
 - b) Construir calçadas no perímetro urbano;
 - c) Melhorar o paisagismo e a acessibilidade.
- VI - Reestruturar o trânsito;
- a) Implementar a sinalização vertical e horizontal nas vias urbanas;
 - b) Implementar campanhas de educação no trânsito;
 - c) Construir faixas elevadas (traffic calming) em vários pontos da cidade, nas vias de grande fluxo, prioritariamente, no entorno das escolas que não possuem a travessia;
 - d) Construir ciclovias em algumas ruas e avenidas;
 - e) Construir pistas de caminhadas em algumas ruas e avenidas.
- VII - Manter o cascalhamento das rodovias municipais;
- VIII - Executar drenagem de águas pluviais em todas as vias que se fizerem necessárias;
- IX - Construir e manter em bom estado de conservação as pontes, priorizando a troca de pontes de madeira por pontes de concreto;
- a) Priorizar as pontes de rota do transporte escolar.
- X – Conservar em bom estado de trafegabilidade as vias urbanas pavimentadas e não pavimentadas;
- a) Aplicar micropavimento nas vias urbanas;
 - b) Recapear as vias urbanas.
- XI - Trocar as lâmpadas de vapor de sódio e de vapor metálico utilizadas na iluminação pública por lâmpadas de Led;
- XII – Construir novo espaço para instalação da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Trânsito;
- XIII – Construir estruturas espaçadas que evitam a passagem de animais (mata-burros) nas rodovias municipais;
- a) Priorizar as vias de rota do transporte escolar;
- XIV - Reformar e melhorar as instalações do cemitério municipal;
- a) Restaurar e identificar as carneiras e sepulturas em estado de abandono;
 - b) Recensear carneiras e sepulturas;
 - c) Melhorar a sinalização para localização das carneiras e sepulturas;
 - d) Instituir sistema eletrônico de cadastro e identificação de sepulturas, inclusive com QR code;
- XV – Implantar a pavimentação em rodovias municipais rurais;
- XVI - Reduzir o percentual da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

XVII - Construir a Orla Beira Rio, na Rua Beira Rio, às margens da Área de Preservação Permanente – APP;

XVIII - Construir ponte no Córrego Capão Redondo, final da Av. Primo Maffissoni;

XIX - Adquirir área de terras para implantação de novo cemitério municipal;

XX - Reformular a Lei das Construções – Código de Obras;

XXI - Instituir a Lei de Zoneamento para ordenar o uso do solo do município, especificando os usos permitidos em cada zona, objetivando o desenvolvimento sustentável da cidade.

3.1 SANEAMENTO

I - Dar continuidade à Implantação do Sistema de Esgoto Sanitário;

a) Manter em funcionamento as áreas já implantadas de esgoto sanitário.

II - Manter e ampliar o sistema de abastecimento de água potável (captação, tratamento e distribuição);

a) Contratar serviços;

b) Adquirir materiais de consumo;

c) Adquirir materiais permanentes, equipamentos em geral;

d) Realizar obras.

III - Promover a manutenção da Estação de Tratamento do Esgoto Sanitário – ETE e Estações Elevatórias;

a) Contratar serviços;

b) Adquirir materiais de consumo;

c) Adquirir materiais permanentes e equipamentos em geral;

d) Realizar obras;

e) Implantar sistema de tratamento para eliminação de odores da lagoa de estabilização de esgoto sanitário.

IV - Promover a administração e manutenção da autarquia Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE (sede e suas unidades);

a) Contratar serviços;

b) Adquirir materiais de consumo;

c) Adquirir materiais permanentes e equipamentos em geral;

d) Instalar painéis solares fotovoltaicos nas edificações do SAAE;

e) Realizar obras.

V - Promover a manutenção do Laboratório de Controle e Tratamento de Água e Esgoto do SAAE;

a) Contratar serviços;

b) Adquirir materiais de consumo;

c) Adquirir materiais permanentes e equipamentos em geral.

VI – Realizar programas de prevenção de doenças de veiculação hídrica;

VII - Adquirir, reformar e dar manutenção preventiva nas máquinas e equipamentos;

VIII – Promover a manutenção dos serviços de coletas de resíduos sólidos:

a) Contratar serviços;

b) Adquirir materiais de consumo;

c) Adquirir materiais permanentes e equipamentos em geral;

d) Implementação de projetos que auxiliem no melhor funcionamento da coleta de resíduos sólidos.

IX - Promover e fomentar projetos e campanhas educativas;

a) Sobre preservação ambiental;

b) Sobre saúde pública;

Rua Martimiano Alves Dias, 1211 - Centro - São Gabriel do Oeste/MS - CEP 79.490-000

Fone/Fax: (067) 3295-2111 –

Site: www.saogabriel.ms.gov.br

“Doe sangue, doe órgãos, salve uma vida





**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

- c) Sobre uso racional da água e dos bens naturais, coleta seletiva e assuntos correlatos;
 - d) Sobre combate à poluição dos cursos de água de São Gabriel do Oeste;
 - e) Sobre a preservação das nascentes do Rio Coxim e Córrego Capão Redondo.
- X - Estudar, projetar e executar, diretamente ou mediante contrato com organizações especializadas de direito público ou privado, as obras relativas à construção, ampliação ou remodelação do sistema público de abastecimento de água e coleta de esgoto sanitário;
- XI - Operar, manter e explorar diretamente os serviços de água potável, esgotamento sanitário e coleta de resíduos;
- XII - Lançar, arrecadar e fiscalizar as tarifas decorrentes dos serviços de água e esgoto e coleta de resíduos sólidos;
- XIII - Promover estudos e pesquisas para o aperfeiçoamento dos serviços de saneamento;
- a) Manter intercâmbio com entidades que atuem no campo de saneamento.
- XIV - Exercer quaisquer outras atividades relacionadas com o sistema público de água potável, esgotamento sanitário e coleta de resíduos sólidos compatíveis com suas finalidades;
- XV - Executar a coleta de lixo domiciliar em todo o perímetro urbano com técnicas e equipamentos apropriados para cada tipo de resíduo;
- a) Realizar parcerias e convênios com instituições públicas e privadas, voltadas à conscientização da destinação correta dos resíduos sólidos, orgânicos, recicláveis e rejeitos;
 - b) Elaborar e implementar planos locais de coleta seletiva de resíduos sólidos;
 - c) Realizar ampla campanha de educação ambiental nas escolas, comunidade, empresas, associações e cooperativas, especialmente voltada à coleta seletiva de resíduos sólidos.

4. PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS E AUTONOMIA ECONÔMICA DOS CIDADÃOS.

4.1 DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FMAS)

4.1.1 GESTÃO DO SUAS

- I - Firmar Parcerias com as Organizações da Sociedade Civil sem fins lucrativos (OSC's) nos pressupostos da Lei nº 13.019, de 2014, alterada pela Lei nº 13.204, de 2015 - Marco Regulatório – Rede e transferir recursos às mesmas na categoria de Despesa de capital e Despesas Correntes.
- II - Adquirir e repor materiais permanentes na rede socioassistencial – FMAS;
- III - Reformar e ampliar os equipamentos sociais;
- IV - Construir equipamentos sociais;
- V - Elaborar estudos, projetos e planos;
- VI - Construir ou reformar prédio público para instalação do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS;
- VII – Desenvolver e executar ações de atendimento ao Conselho Municipal de Assistência Social;
- VIII - Desenvolver e executar ações de aprimoramento da gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;
- IX - Cumprir com as despesas da Folha de Pagamento dos Servidores da Assistência Social;
- X - Desenvolver e executar ações de atendimento à Coordenadoria de Vigilância Socioassistencial e fortalecer a rede de serviços no município;
- XI - Capacitar os Conselheiros de Direitos e de Políticas setoriais e tutelares;

Rua Martimiano Alves Dias, 1211 - Centro - São Gabriel do Oeste/MS - CEP 79.490-000
Fone/Fax: (067) 3295-2111 –
Site: www.saogabriel.ms.gov.br

"Doe sangue, doe órgãos, salve uma vida"



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

- XII – Implementar a formação continuada dos profissionais da política de Assistência Social;
- XIII - Implantar sistema informatizado para monitoramento e avaliação dos serviços sociais;
- XIV – Ampliar o quadro de Recursos Humanos por meio de concurso público;
- XV – Manter e dar suporte aos diversos conselhos e instâncias de controle social;
- XVI - Produzir material técnico relacionado aos serviços socioassistenciais do município;
- XVII – Manter em bom estado de conservação as edificações municipais destinadas à Assistência Social;
- XVIII - Adquirir veículo utilitário para atendimentos;
- XIX - Implantar políticas públicas para o Dia Municipal de Mobilização e a Campanha dos Dezesesseis Dias de Ativismo pelo fim da violência contra a mulher;
- XX - Viabilizar a construção de casas populares;
- XXI – Adquirir e repor materiais permanentes aos Conselhos de Direitos;
- XXII – Realizar repasse financeiro para as Organizações da Sociedade Civil, através do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente/FMDCA e Fundo Municipal do Idoso/FMI para execução de projetos, reforma, construção e compra de materiais permanentes;
- XXIII – Criar e manter a Ouvidoria do SUAS.

4.2 MANUTENÇÃO E EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

4.2.1 Manutenção do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)

- I - Manter e executar o Programa de Atendimento Integral à Família (PAIF);
- II – Analisar a concessão de benefícios eventuais;
- III - Inserir e acompanhar os beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC);
- IV - Manter e executar o CADÚNICO/Programa Bolsa Família;
- V – Manter o Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos de crianças e adolescentes de 6 a 14 anos e 11 meses;
- VI – Manter o Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos de jovens de 15 a 17 anos e 11 meses – preparação e encaminhamento para o mercado de trabalho;
- VII – Manter o Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para idosos acima de 60 anos – Centro de Convivência;
- VIII – Manter o Programa Passe Livre Intermunicipal;
- IX - Desenvolver e executar projetos de geração de trabalho e renda;
- X – Desenvolver e executar Programa Primeira Infância o SUAS – Criança Feliz.

4.3 MANUTENÇÃO E EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

4.3.1 Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade a Indivíduos e Família.

- I – Manter e executar o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI;
- II – Manter o serviço especializado de atenção às pessoas em situação de rua;
- III – Manter o serviço de proteção social aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de LA e PSC;
- IV – Manter o serviço de apoio ao processo de habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência;
- V – Manter o serviço de apoio às famílias de usuários de substâncias psicoativas;
- VI – Manter o PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil;
- VII – Manter o Serviço Especializado de abordagem social;
- VIII – Viabilizar a construção de casas populares;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

- IX – Implantar projetos habitacionais para pessoas em situação de vulnerabilidade social, com ou sem restrições cadastrais;
X - Criar a Casa da Mulher.

4.3.2 - Proteção Social Especial de Alta Complexidade

- I – Manter o serviço de acolhimento de pessoas em situação de rua, migrantes e desabrigados – Casa de Passagem;
II – Manter o serviço de acolhimento para crianças e adolescentes em situação de risco – Família Acolhedora;
III - Implantar o Programa de Residência Inclusiva e/ou Casa Lar para idosos em situação de risco;
IV - Manter a equipe da alta complexidade;
V – Criação e manutenção do serviço Casa Lar do Idoso;
VI - Formação de Grupo de Apoio e Capacitação para famílias aderentes e candidatas a ser Família Acolhedora;
VII - Fortalecer o serviço de Família Acolhedora com campanhas de esclarecimento do serviço à população;
VIII - Fortalecer o serviço de Família Acolhedora por meio de elaboração de material informativo sobre o serviço.

4.3.3 - Conselho Tutelar

- I- Implementar as ações e serviços prestados pelo Conselho;
II- Manter e melhorar a infraestrutura física;
III- Ampliar o quadro de recursos humanos na área administrativa;
IV- Adquirir equipamentos tecnológicos e de comunicação necessários para o desempenho eficiente das funções dos Conselheiros;
V- Investir em capacitação e formação para Conselheiros Tutelares, garantindo atualização sobre legislações e práticas de proteção à infância e adolescência;
VI- Desenvolver campanhas de sensibilização da comunidade sobre os direitos das crianças e adolescentes e o papel do Conselho Tutelar;
VII- Produzir materiais informativos e educativos;
VIII - Assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;
IX - Representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no Art. 220, §3º, Inciso II, da Constituição Federal;
X - Representar ao Ministério Público para efeito de ações de perda ou suspensão do poder familiar;
XI - Fiscalizar as Entidades de Atendimento.

4.3.4 – Sala Lilás

- I – Manter o serviço de atendimento a mulheres, crianças, adolescentes e idosos vítimas de violência – Sala Lilás;
II – Manter o serviço de atendimentos as vítimas nas dependências da Delegacia de Polícia civil – Sala Lilás;
III - Fortalecer o serviço da sala Lilás por meio de elaboração de material informativo sobre o serviço;
IV - Manter a equipe da Sala Lilás.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

5. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE.

5.1 INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS.

I - Promover ações estratégicas para atrair e ampliar a matriz produtiva do Município por meio do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico (CODESG);

- a) Instalar novas indústrias e agroindústrias;
- b) Diversificar a base produtiva local.

II - Ofertar cursos técnicos profissionalizantes e de aperfeiçoamento com vistas à qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho em parceria com entidades públicas e privadas;

III - Desenvolver projetos e executar ações que valorizem o comércio, indústria e serviços locais com vistas ao empreendedorismo;

IV - Criar programas de incentivo ao consumo no comércio local em parceria com entidades ligadas ao setor;

V - Promover capacitação para os segmentos empresariais e comerciais para o fortalecimento e crescimento destas;

VI - Criar oportunidades amplas e diversificadas visando formação gerencial, desenvolvimento e incentivo a novos empreendedores e nichos de mercado;

VII - Manter e aprimorar as ações de atendimento, orientações e serviços da Sala do Empreendedor;

VIII - Criar estratégias que incentivem a participação do empresariado local nas compras públicas municipais;

IX - Implantar sistema de transmissão ao vivo das sessões de licitações;

X - Promover parcerias público-privadas para captação e inserção de vagas no mercado de trabalho, por meio da Casa do Trabalhador Municipal;

XI - Promover capacitação direcionada às micro e pequenas empresas para participação nas compras públicas no âmbito municipal;

XII - Implantar e manter cadastro multi-finalitário para fins fiscais, imobiliários e afins;

XIII - Criar programas de bolsas-auxílio que incentive o cidadão a participar de cursos técnicos profissionalizantes e de aperfeiçoamento à qualificação profissional;

XIV - Propor a redução da alíquota do ISSQN como benefícios referentes a concessões deliberadas pelo CODESG.

XV - Ampliar o Núcleo Industrial Norte, instalar e criar núcleos industriais em locais estratégicos para empresas de pequeno e médio porte.

XVI - Implantar um Centro de Atendimento Integrado aos Jovens - CAIJ, dotando o espaço físico de salas para realização de palestras e cursos profissionalizantes nas mais variadas áreas, em parceria com instituições ligadas ao sistema "S" (SESC, SENAC, SENAI e SEBRAE) e empresas, visando a capacitação dos jovens, preparando-os para o mercado de trabalho.

5.2 AGRICULTURA, PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE.

I - Implementar e ampliar campanhas permanentes para a coleta seletiva de resíduos sólidos para aproveitamento máximo dos resíduos;

- a) Realizar parcerias e convênios com instituições públicas e privadas e consórcios municipais, voltadas à triagem e transbordo dos resíduos sólidos;
- b) Elaborar e implementar planos locais de coleta seletiva de resíduos sólidos;
- c) Realizar ampla e permanente campanha de educação ambiental nas escolas, comunidade, empresas, associações e cooperativas, especialmente voltada à coleta seletiva de resíduos sólidos.

Rua Martimiano Alves Dias, 1211 - Centro - São Gabriel do Oeste/MS - CEP 79.490-000

Fone/Fax: (067) 3295-2111 -

Site: www.saogabriel.ms.gov.br

"Doe sangue, doe órgãos, salve uma vida"



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

- II – Manter e adotar novas tecnologias para a destinação de pneus, pilhas, baterias, lâmpadas, eletroeletrônicos e resíduos da construção civil;
- III - Manter e ampliar as ações da unidade de triagem e transbordo dos resíduos sólidos domiciliares;
- IV – Incentivar a manutenção da feira livre e suas variações semanais e/ou ao critério dos feirantes nos bairros da cidade;
- V - Buscar parcerias para realização de campanhas de castração e posse responsável de cães e gatos;
- VI - Buscar parcerias privadas para acolhimento, abrigamento e tratamento de cães e gatos;
- VII - Incentivar a pesquisa agropecuária por meio de Sindicatos, Associações, Fundações, Cooperativas e iniciativa privada;
- VIII - Apoiar a expansão da suinocultura em parceria com as Cooperativas do setor instaladas no município;
- IX - Buscar novas alternativas de produção para a pequena propriedade rural com disponibilização de assistência técnica para diversificação das culturas;
- X – Reestruturar as equipes da patrulha mecanizada rural para incentivar e apoiar a produção nas pequenas propriedades rurais;
- XI - Incentivar e viabilizar a utilização de fontes renováveis de energia;
- XII – Dar continuidade na construção do Parque de Exposições Balduino Maffissoni, de São Gabriel do Oeste;
- XIII - Executar ações de educação ambiental, por meio de concurso de fotografias, palestras, caminhada da natureza, pedaladas na natureza e outras atividades relacionadas;
- XIV - Fortalecer o Serviço de Inspeção Municipal – SIM;
- XV - Participar das políticas do consórcio intermunicipal (COINTA);
- XVI – Fomentar e manter ações de divulgação para aquisição de mudas do Viveiro Municipal de espécies nativas;
- XVII - Incentivar a produção e diversificação de mudas do Viveiro Municipal;
- XVIII - Utilizar o Viveiro Municipal como estação de conscientização e educação ambiental para o bioma cerrado;
- XIX - Estruturar o SIM, disponibilizando veículo para encaminhamento das análises fiscais ao laboratório da UEMS de Coxim, por meio de parceria do COINTA;
- XX - Disponibilizar e estruturar sala equipada para aulas teóricas e práticas para ministrar curso de higiene e manutenção de alimentos;
- XXI - Fomentar políticas públicas educativas para o combate ao comércio de produtos clandestinos e sem inspeção oficial;
- XXII - Fomentar exposições, feiras, leilões, apresentações musicais nacionais e internacionais, festivais e outros eventos congêneres no Parque de Exposições Balduino Maffissoni, ou em outro local apropriado;
- XXIII – Implementar projetos voltados à produção leiteira, agropecuária, fruticultura e piscicultura;
- XXIV – Fomentar e implementar a modalidade de compostagem domiciliar e pública para os rejeitos gerados no Município, trazendo renda com a produção dos adubos fabricados;
- XXV – Realizar a atualização do Plano Municipal de Saneamento Básico que contempla: água, esgoto, drenagem e resíduos sólidos;
- XXVI – Ampliar salas de aulas dentro da estrutura do centro de qualificação profissional, para a realização de cursos técnicos de média e longa duração, com vínculos da base produtiva das atividades econômicas do Município.

6. PROGRAMA: SAÚDE COM EFICIÊNCIA E QUALIDADE PARA TODOS

Rua Martimiano Alves Dias, 1211 - Centro - São Gabriel do Oeste/MS - CEP 79.490-000

Fone/Fax: (067) 3295-2111 –

Site: www.saogabriel.ms.gov.br

“Doe sangue, doe órgãos, salve uma vida



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

- I - Instalar uma Unidade de Saúde Pronto Atendimento Médico "PAM 24 horas" para atendimento de baixa complexidade no Bairro Jardim Gramado ou Fênix;
- II - Buscar parceria com o Governo do Estado e Operadoras de Planos de Saúde para viabilizar atendimento em local específico aos usuários de Planos de Saúde;
- III - Manter e aprimorar as especialidades médicas, dando ênfase no programa de cirurgias eletivas, pré-natal, atendimentos psicólogo, psiquiátrico, fisioterapêutico e neuropediátrico;
- IV - Aprimorar o Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC) de forma a integrar todas as unidades da rede municipal de saúde (ESF'S, CEM, CAPS, SAD, CER, CEO e Hospital Municipal), Secretaria Municipal de Saúde, Laboratório Municipal, Casa Rosa, Hospital Municipal e Farmácias, para dar maior resolutividade nos encaminhamentos e solicitações médicas, exames e atendimentos;
- V - Efetivar política de humanização no atendimento ao cidadão;
- VI - Aperfeiçoar os programas de saúde existentes (ESF, SAMU, SAD, CAPS, CER, CEM, Casa Rosa);
- VII - Manter e aprimorar as campanhas de prevenção de doenças e combate ao suicídio;
- VIII - Promover chamamentos públicos com o objetivo de apoiar as políticas públicas de saúde existentes no município, ou suprir necessidades existentes nas redes de atenção à saúde;
- IX - Implementar medidas de combate, prevenção, controle e redução de doenças causadas pelos vetores *aedes aegypti*, *aedesalbopictus* e outros culicídeos, e infestação do *achatinafulica*;
- X - Adotar condutas e práticas para o enfrentamento ao mosquito *Aedes aegypti* na perspectiva da redução de casos de morbimortalidade de dengue, *zika*, *chikungunya* com impactos na Saúde;
- XI - Monitorar e implementar ações de enfrentamento para reduzir os índices das IST's;
- XII - Criar e fortalecer a educação continuada para os profissionais da área de saúde, abrangendo todas as esferas (Prefeitura, Fundação e entidades) e todas as classes profissionais;
- XIII - Equipar e estruturar com novas instalações o Laboratório de Análises Clínicas;
- XIV - Dar aporte financeiro para custeio Fundo a Fundo;
- XVI - Implantar aplicativo para agendamento de atendimento na área de saúde;
- XVII - Ampliar área de quartos de enfermaria do Hospital Municipal;
- XVIII - Reformar e executar manutenção preventiva e corretiva nas unidades das ESFs, Casa Rosa CEM, Regulação, Farmácia Alto Custo, Samu e SAD;
- XIX - Reformar e executar manutenção preventiva no Hospital Municipal;
 - a) Instalar painéis solares fotovoltaicos na edificação do Hospital municipal.
- XX - Construir espaço apropriado para instalação da Farmácia Municipal, CAPS e do Centro de Especialidade Odontológica (CEO);
- XXI - Ampliar a oferta de número de exames de alto custo aos usuários;
- XXII - Construir Sistema SIPDA (Sistema de Proteção de Descargas Atmosféricas);
- XXIII - Construir Sistema Anti-Incêndio;
- XXIV - Ampliar a capacidade energética e realizar manutenção da rede elétrica do Hospital Municipal;
- XXV - Manutenção e instalação da rede de gases hospitalar;
- XXVI - Adquirir equipamentos de esterilização e aparelhos cirúrgicos;
- XXVII - Adquirir equipamentos com maior capacidade para setor da lavanderia;
- XXVIII - Manter e aprimorar com recursos humanos mecanismos para castração de cães e gatos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

- XXIX – Aprimorar o banco municipal de órteses, equipamentos para locomoção e conforto do paciente.
- XXX – Ampliar e reformar as unidades de saúde localizadas nos assentamentos (Campanario, Patativas e Itaqui, distrito Areado);
- XXXI – Adquirir mobiliário e equipamentos para as unidades de saúde (ESFs, CAPS, Casa Rosa, CEM, SAMU, SAD, regulação, farmácia);
- XXXII – Ampliar e estruturar a capacidade da rede de distribuição de sinal de internet das unidades de atendimento à saúde;
- XXXIII – Aumentar frota de veículos oficiais;
- XXXIV – Reestruturar recursos humanos dos serviços de saúde e da Secretaria de Saúde de acordo com as necessidades existentes devido ao aumento da demanda e oferta de serviços;
- XXXV – Construção de área para a utilização dos Conselhos Municipais de Saúde e sua estruturação com mobília e equipamentos;
- XXXVI – Adquirir veículos para o Hospital Municipal para realização de trabalhos administrativos, dentre eles um utilitário pequeno para carregar cilindros de oxigênio e um popular para serviços em geral;
- XXXVII - Criar Programa “Minha vida saudável”, para controle da obesidade, com apoio profissional de psicólogo, nutricionista, educador físico, médicos;
- XXXVIII - Desenvolver projeto para implantação de um Centro de Tratamento, Recuperação e Reabilitação para deficientes auditivos, visuais, físicos, entre outros, no Município;
- XXXIX - Reativar o “Programa de Saúde do Servidor Público” com setor de fisioterapia, odontologia, psicologia;
- XL - Implantar a “Central de Agendamento de Consultas Médicas e de Exames”, e o serviço de pós atendimento aos usuários da rede municipal de saúde.

7. PROGRAMA: EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA RENOVAÇÃO COM COMPETÊNCIA

- I - Manter o "Projeto Férias Legal" nos Centros Municipais de Educação Infantil durante os períodos de férias e recesso escolar;
- II - Expandir as campanhas educativas para prevenir *bullying*, violência e suicídio, além de promover a conscientização ambiental e outras iniciativas;
- III - Aumentar o número de vagas para a educação infantil, de zero a três anos e onze meses, em regime de tempo integral;
- IV - Elevar o suporte financeiro aos acadêmicos que viajam para outros municípios, explorando alternativas para diminuir os custos de transporte;
- V - Melhorar a infraestrutura de internet nas escolas e na Secretaria Municipal de Educação;
- VI - Renovar as instalações físicas das Escolas Municipais e dos CMEIs, incluindo pintura, troca de pisos e manutenção geral;
- VII - Implementar um sistema de avaliação para monitorar o desempenho do Ensino Fundamental e desenvolver estratégias para melhorar os índices educacionais;
- VIII – Continuar a contratação de pessoal por meio de processos seletivos;
- IX - Estabelecer um cronograma de manutenção periódica para os veículos de transporte escolar;
- X - Adquirir novos eletrônicos e mobiliários para as escolas da Rede Municipal de Ensino e para os CMEIs;
- XI - Comprar materiais esportivos para as escolas da rede;
- XII - Adquirir brinquedos pedagógicos para a educação infantil;

Rua Martimiano Alves Dias, 1211 - Centro - São Gabriel do Oeste/MS - CEP 79.490-000

Fone/Fax: (067) 3295-2111 –

Site: www.saogabriel.ms.gov.br

“Doe sangue, doe órgãos, salve uma vida



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

- XIII - Comprar materiais pedagógicos diversos;
- XIV - Comprar livros de literatura infantil;
- XV - Adquirir livros de literatura infanto-juvenil;
- XVI - Instalar telas interativas em todas as salas de aula;
- XVII - Implementar o identificador facial nas entradas das escolas para aumentar a segurança e facilitar o monitoramento dos estudantes;
- XVIII - Lançar o "Programa Municipal de Educação Empreendedora" nas escolas;
- XIX - Oferecer aulas de robótica no período complementar para estudantes do ensino fundamental;
- XX - Construir uma nova escola para expandir a capacidade de atendimento;
- XXI - Implementar projetos educacionais visando a orientação e combate às drogas, com fortalecimento do PROERD; apoio à diversidade, com participação das famílias e das Secretarias Municipais;
- XXII - Implantar o Programa "Eu sou, eu posso, eu consigo", de cursos preparatórios para o ENEM;
- XXIII - Valorizar boas práticas, premiando os profissionais que se destacam no trabalho docente.

8. PROGRAMA: ESPORTE E LAZER AO ALCANCE DE TODOS

- I – Implantar e executar o Sistema e o Plano Municipal de esporte e lazer;
- II - Construir complexo multiuso de esportes, cultura e lazer no Bairro Jardim Gramado;
- III – Reformar, adequar e manter em condições de uso as instalações do Parque Aquático;
 - IV – Reformar o Estádio Municipal;
 - V – Reformar o Centro de Eventos;
- VI – Construir, modernizar, reformar, ampliar e manter em condições de uso as instalações dos parques e praças do município;
- VII - Reformar os ginásios poliesportivos do município;
- VIII – Implantar "Programa Lazer Comunitário" nos parques e praças do município;
- IX - Realizar eventos esportivos e de lazer nas diversas modalidades;
- X - Fomentar o esporte escolar e de base, ampliando as escolinhas esportivas disponíveis no Município;
- XI – Fomentar o esporte amador e de rendimento;
 - a) Realizar parcerias e convênios com instituições públicas e privadas para estimular a manutenção e participação de equipes em eventos.
- XII – Estabelecer parcerias e convênios para gestão e manutenção de espaços esportivos e de lazer no município;
- XIII – Adquirir veículo utilitário para as atividades relacionadas ao esporte e lazer;
- XIV – Adquirir equipamentos esportivos e de lazer;
- XV - Construir Centro Cultural Municipal para apresentações artísticas, culturais e educacionais, para possibilitar que as pessoas e famílias tenham atividades de formação cultural;
- XVI - Intermediar junto ao Governo estadual a realização de cursos de arbitragem, em diversas modalidades esportivas;
- XVII - Construir campo para a prática e competições de futebol suíço;
- XVIII - Transformar o acervo histórico da Prefeitura em acervo digital e difundir gratuitamente para escolas e todos os interessados.

9. PROGRAMA: CULTURA EM FOCO

Rua Martimiano Alves Dias, 1211 - Centro - São Gabriel do Oeste/MS - CEP 79.490-000

Fone/Fax: (067) 3295-2111 –

Site: www.saogabriel.ms.gov.br

"Doe sangue, doe órgãos, salve uma vida"



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

- I - Valorizar a cultura local, apoiando as diversas manifestações culturais do Município;
- II - Fortalecer as ações e projetos culturais da Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo;
- a) Incluir novos projetos no calendário cultural do município.
- III - Realizar festividades no aniversário do Município;
- IV - Apoiar a Festa do Leitão no Rolete;
- V - Realizar o FestOeste;
- VI - Implementar e executar o Sistema e Plano Municipal de Cultura;
- VII - Realizar contação de histórias e entretenimento para o público infantil nas bibliotecas municipais;
- VIII - Atualizar o Acervo Bibliográfico;
- IX - Dar continuidade ao Projeto Luzes do Cerrado;
- X - Realizar atividades Natalinas, complementando as ações do "Projeto Luzes do Cerrado – O Natal Iluminado de São Gabriel do Oeste";
- XI - Realizar concurso "Miss São Gabriel";
- XII - Realizar festival estudantil de música;
- XIII - Reformar o prédio do "Projeto Cultura Viva";
- XIV - Criar intercâmbios culturais intermunicipais;
- XV - Apoiar projetos bibliográficos, audiovisual e fonográfico de resgate histórico e cultural do Município;
- XVI - Adquirir Instrumentos e Equipamentos para os Projetos Culturais;
- XVII - Criação de Museu Municipal.

LEGISLATIVO

- I - Suprir as necessidades de consumo e equipar os setores administrativos e gabinetes parlamentares da Câmara Municipal, por meio da aquisição de materiais de consumo, expediente, limpeza, mobiliários, veículos e equipamentos em geral;
- II - Promover a modernização dos setores administrativos e gabinetes parlamentares da Câmara Municipal, por meio do uso de tecnologia de informação, visando à execução eficiente de suas atividades meio e fim, adquirindo equipamentos de informática e locação de softwares;
- III - Capacitar os servidores públicos do Poder Legislativo e vereadores nas diversas áreas de atuação na Administração Pública Municipal e do Legislativo Municipal, por meio da participação em cursos, seminários, palestras, simpósios, congressos e treinamentos; aquisição de livros, manuais, revistas e informativos em geral;
- IV - Dar continuidade à política de recursos humanos para os servidores públicos do Poder Legislativo, visando o bem-estar e a valorização profissional, por meio da concessão de reajuste salarial, abono-saúde, implantação de plano de cargos e carreiras de acordo com as especificidades de cada categoria, revisão de estatutos e regulamentação dos institutos jurídicos relacionados às áreas administrativas e de recursos humanos;
- V- Dar continuidade às ações de registro, incorporação, identificação, avaliação, conservação e manutenção dos bens móveis e imóveis do Poder Legislativo, por meio da locação ou aquisição de programas de informática, equipamentos de tecnologia de informação e contratação de profissionais especializados em avaliação de bens móveis e imóveis;
- VI - Realizar concurso público para provimento de vagas;
- VII - Reforma e manutenção da estrutura física da Câmara de Vereadores;
- VIII - Construir e/ou ampliar a estrutura física da Câmara de Vereadores;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

IX - Desenvolver ações, por meio da Procuradoria da Mulher, visando zelar pela defesa das mulheres, com implementação de campanhas educativas e antidiscriminatórias; promoção de audiências públicas, pesquisas e estudos sobre violência e discriminação contra a mulher.

São Gabriel do Oeste/MS, 17 de julho de 2024.



JEFERSON LUIZ TOMAZONI
Prefeito Municipal



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

**ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2025**

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art. 4º, §2º, inciso III) R\$ 1,00

REGIME NORMAL

	2023			2022			2021		
		%			%			%	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
Patrimônio/Capital	113.134.809,80	100,000	329.692.316,79	100,000	263.531.141,29	100,000			
Reservas	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000			
Resultado Acumulado	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000			
TOTAL	113.134.809,80	100,00	329.692.316,79	100,00	263.531.141,29	100,00			
REGIME PREVIDENCIÁRIO									
PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
Patrimônio	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000			
Reservas	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000			
Lucros ou Prejuízos Acumulados	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000			
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

FONTE: SCPI - PPA [8.25.29.315], MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DO OESTE, Data/hora da emissão: 15/abr/2024 14h e 05m"


JEFERSON LUIZ TOMAZONI
Prefeito Municipal

São Gabriel do Oeste/MS, 17 de julho de 2024.

Rua Martimiano Alves Dias, 1211 - Centro - São Gabriel do Oeste/MS - CEP 79.490-000

Fone/Fax: (067) 3295-2111 -

Site: www.saogabriel.ms.gov.br

"Doe sangue, doe órgãos, salve uma vida"



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

ANEXO DE METAS FISCAIS METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES 2025

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES											
	2022	2023	2024	2025	2026	2027	%	2026	%	2027	%	
Receita Total(EXCETO FONTES RPPS)	199.155.791,19	251.679.396,26	342.960.193,54	357.509.780,66	399.624.432,82	446.700.191,01	11,78	399.624.432,82	11,78	446.700.191,01	11,78	
Receitas Primárias(EXCETO FONTES RPPS)(I)	198.317.770,83	249.986.619,06	330.877.550,59	349.050.525,15	390.168.677,01	436.130.547,16	11,78	390.168.677,01	11,78	436.130.547,16	11,78	
Despesa Total(EXCETO FONTES RPPS)	199.155.791,19	251.679.396,26	342.960.193,54	357.509.780,66	399.624.432,82	446.700.191,01	11,78	399.624.432,82	11,78	446.700.191,01	11,78	
Despesas Primárias(EXCETO FONTES RPPS)(II)	197.493.567,95	249.267.792,54	339.886.609,76	354.436.196,88	396.188.780,87	442.859.819,26	11,78	396.188.780,87	11,78	442.859.819,26	11,78	
Receita Total(COM FONTES RPPS)	13.778.792,24	15.845.611,07	23.699.028,70	28.866.228,39	32.266.670,09	36.067.683,83	11,78	32.266.670,09	11,78	36.067.683,83	11,78	
Receitas Primárias(COM FONTES RPPS)(III)	13.370.228,89	15.375.763,22	20.156.609,29	24.206.983,11	27.058.565,72	30.246.064,76	11,78	27.058.565,72	11,78	30.246.064,76	11,78	
Despesa Total(COM FONTES RPPS)	13.778.792,24	15.845.611,07	23.699.028,70	28.866.228,39	32.266.670,09	36.067.683,83	11,78	32.266.670,09	11,78	36.067.683,83	11,78	
Despesas Primárias(COM FONTES RPPS)(IV)	13.778.792,24	15.845.611,07	23.699.028,70	28.866.228,39	32.266.670,09	36.067.683,83	11,78	32.266.670,09	11,78	36.067.683,83	11,78	
Resultado Primário(SEM RPPS) - Acima da Linha(V)=(I-II)	824.202,88	718.826,52	-9.009.059,17	-5.385.671,73	-6.020.103,86	-6.729.272,10	11,78	-6.020.103,86	11,78	-6.729.272,10	11,78	
Resultado Primário(COM RPPS) - Acima da Linha(VI)=(V)+(III-IV)	415.639,53	248.978,67	-12.551.478,58	-10.044.917,01	-11.228.208,23	-12.550.891,17	11,78	-11.228.208,23	11,78	-12.550.891,17	11,78	
Divida Publica Consolidada(DC)	0,00	0,00	0,00	10.265.546,40	11.474.827,77	12.826.562,48	11,78	11.474.827,77	11,78	12.826.562,48	11,78	
Divida Consolidada Liquida(DCL)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Resultado Nominal(SEM RPPS) - Abaixo da linha	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
	2022	2023	2024	2025	2026	2027	%	2026	%	2027	%	
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00	315.395.128,50	352.548.674,63	394.078.908,51	11,78	352.548.674,63	11,78	394.078.908,51	11,78	
Receitas Primárias(EXCETO FONTES RPPS)(I)	0,00	0,00	0,00	307.932.373,29	344.206.806,86	384.754.368,70	11,78	344.206.806,86	11,78	384.754.368,70	11,78	
Despesa Total(EXCETO FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00	315.395.128,50	352.548.674,63	394.078.908,51	11,78	352.548.674,63	11,78	394.078.908,51	11,78	
Despesas Primárias(EXCETO FONTES RPPS)(II)	0,00	0,00	0,00	312.683.612,89	349.517.742,48	390.690.932,55	11,78	349.517.742,48	11,78	390.690.932,55	11,78	
Receita Total(COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00	25.465.786,69	28.465.656,35	31.818.910,67	11,78	28.465.656,35	11,78	31.818.910,67	11,78	
Receitas Primárias(COM FONTES RPPS)(III)	0,00	0,00	0,00	21.355.400,50	23.871.066,68	26.683.078,33	11,78	23.871.066,68	11,78	26.683.078,33	11,78	
Despesa Total(COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00	25.465.786,69	28.465.656,35	31.818.910,67	11,78	28.465.656,35	11,78	31.818.910,67	11,78	
Despesas Primárias(COM FONTES RPPS)(IV)	0,00	0,00	0,00	25.465.786,69	28.465.656,35	31.818.910,67	11,78	28.465.656,35	11,78	31.818.910,67	11,78	
Resultado Primário(SEM RPPS) - Acima da Linha(V)=(I-II)	0,00	0,00	0,00	-4.751.239,60	-5.310.935,62	-5.936.563,85	11,78	-5.310.935,62	11,78	-5.936.563,85	11,78	
Resultado Primário(COM RPPS) - Acima da Linha(VI)=(V)+(III-IV)	0,00	0,00	0,00	-8.861.625,79	-9.905.525,29	-11.072.396,19	11,78	-9.905.525,29	11,78	-11.072.396,19	11,78	
Divida Publica Consolidada(DC)	0,00	0,00	0,00	9.056.265,03	10.123.093,06	11.315.593,42	11,78	10.123.093,06	11,78	11.315.593,42	11,78	
Divida Consolidada Liquida(DCL)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Rua Martimiano Alves Dias, 1211 - Centro - São Gabriel do Oeste/MS - CEP 79.490-000

Fone/Fax: (067) 3295-2111 -

Site: www.saogabriel.ms.gov.br

"Doe sangue, doe órgãos, salve uma vida"



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Resultado Nominal(SEM RPPS) - Abaixo da linha

FONTE: SCPI - PPA [8.25.29.315], MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DO OESTE. Data/hora da emissão: 15/abr/2024 14h e 03m.

	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Cenário Macroeconômico/Metodologia de Cálculo						
Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial	7,90	4,62	12,05	11,78	11,78	11,78
Projeção do PIB do Estado - R\$ milhões	204.024.707,00	2.744.602.873,10	3.156.293.304,07	3.629.737.299,67	4.174.197.894,63	0,00
Receita Corrente Líquida (RCL)	0,00	249.966.048,58	279.260.574,90	312.774.411,05	349.619.236,87	390.804.382,76


JEFERSON LUIZ TOMAZONI
Prefeito Municipal

São Gabriel do Oeste/MS, 17 de julho de 2024.

Rua Martimiano Alves Dias, 1211 - Centro - São Gabriel do Oeste/MS - CEP 79.490-000

Fone/Fax: (067) 3295-2111 -

Site: www.saogabriel.ms.gov.br

"Doe sangue, doe órgãos, salve uma vida"



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

ANEXO DE METAS FISCAIS METAS ANUAIS 2025

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

2027

2026

2025

ESPECIFICAÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	2025			2026			2027					
	VI. Corrente (a)	VI. Constante	% PIB (a/PIB)x100	VI. Corrente (b)	VI. Constante	% PIB (b/PIB)x100	VI. Corrente (c)	VI. Constante	% PIB (c/PIB)x100	% RCL (a/RCL)x100	% RCL (b/RCL)x100	% RCL (c/RCL)x100
Receita Total(EXCETO FONTES RPPS)	357.509.780,66	315.395.128,50	9,84950	399.624.432,82	352.548.674,63	9,57370	446.700.191,01	394.078.908,51	44,670.019,101,000	114,30280	114,30280	114,30280
Receitas Primárias(EXCETO FONTES RPPS)(I)	349.050.525,15	307.932.373,29	9,61640	390.168.677,01	344.206.806,86	9,34720	436.130.547,16	384.754.368,70	43,613.054,716,000	111,59820	111,59820	111,59820
Receitas Primárias Correntes	337.663.604,44	297.886.831,84	9,30270	377.440.377,04	332.977.900,62	9,04220	421.902.853,46	372.202.697,32	42,190.285,346,000	107,95760	107,95760	107,95760
Impostos, Taxas e Contribuições	59.792.486,54	52.748.931,63	1,64730	66.836.041,45	58.962.755,77	1,60120	74.709.327,13	65.908.568,39	7,470.932,713,0000	19,11680	19,11680	19,11680
de Melhoria												
Transferências Correntes	217.288.276,71	191.691.717,71	5,98630	242.884.835,71	214.273.002,06	5,81870	271.496.669,36	239.514.361,71	27,149.666,936,000	69,47120	69,47120	69,47120
Demais Receitas Primárias												
Correntes	60.582.841,19	53.446.182,50	1,66910	67.719.499,88	59.742.142,79	1,62230	75.696.856,97	66.779.767,22	7,569.685,697,0000	19,36950	19,36950	19,36950
Receitas Primárias de Capital												
Despesa Total(EXCETO FONTES RPPS)	11.386.920,71	10.045.541,45	0,31370	12.728.299,97	11.228.906,23	0,30490	14.227.693,71	12.551.671,39	14,227.693,71,0000	3,64060	3,64060	3,64060
Despesas Primárias(EXCETO FONTES RPPS)(II)	357.509.780,66	315.395.128,50	9,84950	399.624.432,82	352.548.674,63	9,57370	446.700.191,01	394.078.908,51	44,670.019,101,000	114,30280	114,30280	114,30280
Despesas Primárias Correntes	354.436.196,88	312.683.612,89	9,76480	396.188.780,87	349.517.742,48	9,49140	442.859.819,26	390.690.932,55	44,285.981,926,000	113,32010	113,32010	113,32010
Pessoal e Encargos Sociais												
Outras Despesas Correntes	306.888.402,38	270.736.948,58	8,45480	343.039.856,18	302.629.761,12	8,21810	383.449.951,24	338.279.546,98	38,344.995,124,000	98,11810	98,11810	98,11810
Despesas Primárias de Capital												
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	143.566.601,22	126.654.455,60	3,95530	160.478.746,84	141.574.350,46	3,84450	179.383.143,22	158.251.808,95	17,938.314,322,000	45,90100	45,90100	45,90100
Receita Total(COM FONTES RPPS) Receitas Primárias(COM FONTES RPPS)(III)	163.321.801,16	144.082.492,98	4,49950	182.561.109,34	161.055.410,66	4,37360	204.066.808,02	180.027.738,04	20,406.680,802,000	52,21710	52,21710	52,21710
Despesa Total(COM FONTES RPPS)	47.163.873,83	41.607.969,49	1,29940	52.719.778,17	46.509.388,30	1,26300	58.930.168,04	51.988.194,24	5,893.016,804,0000	15,07920	15,07920	15,07920
Despesas Primárias(COM FONTES RPPS)(IV)	8.298.482,33	7.320.921,11	0,22860	9.276.043,55	8.183.325,62	0,22220	10.368.761,48	9.147.321,38	1,036.876,148,0000	2,65320	2,65320	2,65320
Resultado Primário(SEM RPPS) - Acima da Linha(V)=(I-RPPS)	28.866.228,39	25.465.786,69	0,79530	32.266.670,09	28.465.656,35	0,77300	36.067.683,83	31.818.910,67	3,606.768,383,0000	9,22910	9,22910	9,22910
II) Resultado Primário(COM RPPS) - Acima da Linha(VI)=(V)+(III-IV)	24.206.983,11	21.355.400,50	0,66690	27.058.565,72	23.871.066,68	0,64820	30.246.064,76	26.683.078,33	3,024.606,476,0000	7,73940	7,73940	7,73940
Acima da Linha(VI)=(V)+(III-IV)	28.866.228,39	25.465.786,69	0,79530	32.266.670,09	28.465.656,35	0,77300	36.067.683,83	31.818.910,67	3,606.768,383,0000	9,22910	9,22910	9,22910

Rua Martimiano Alves Dias, 1211 - Centro - São Gabriel do Oeste/MS - CEP 79.490-000

Fone/Fax: (067) 3295-2111 -

Site: www.saogabriel.ms.gov.br

"Doe sangue, doe órgãos, salve uma vida"



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

	28.866.228,39	25.465.786,69	0,79530	9,22910	32.266.670,09	28.465.656,35	0,77300	9,22910	36.067.683,83	31.818.910,67	3.606.788.383,00000	9,22910
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos(Exceto RPPS)	-5.385.671,73	-4.751.239,60	-0,14840	-1,72190	-6.020.103,86	-5.310.935,62	-0,14420	-1,72190	-6.729.272,10	-5.936.563,85	-672.927.210,00000	-1,72190
	-10.044.917,01	-8.861.625,79	-0,27680	-3,21160	-11.228.208,23	-9.905.525,29	-0,26900	-3,21160	-12.550.891,17	-11.072.396,19	1.255.089.117,00000	-3,21160
	8.472.007,21	7.474.004,76	0,23340	2,70870	9.470.009,66	8.354.442,52	0,22690	2,70870	10.585.576,80	9.338.595,85	1.058.557.680,00000	2,70870
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos(Exceto RPPS)	1.418.696,57	1.251.574,11	0,03910	0,45360	1.585.819,03	1.399.009,55	0,03800	0,45360	1.772.628,51	1.563.812,87	177.262.851,00000	0,45360
Divida Pública Consolidada(DC)	10.265.546,40	9.056.265,03	0,28280	3,28210	11.474.827,77	10.123.093,06	0,27490	3,28210	12.826.562,48	11.315.593,42	1.282.656.248,00000	3,28210
Divida Consolidada Liquida(DCL)	0,00	0,00	0,00000	0,00000	0,00	0,00	0,00000	0,00000	0,00	0,00	0,00000	0,00000
Resultado Nominal(SEM RPPS) - Abaixo da linha	0,00	0,00	0,00000	0,00000	0,00	0,00	0,00000	0,00000	0,00	0,00	0,00000	0,00000

FONTE: SCPI - PPA [8.25.29.315], MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DO OESTE, Data/hora da emissão: 15/abr/2024, 14h e 01m"

CENÁRIO MACROECONÔMICO

	2025	2026	2027
Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial	11,78	11,78	11,78
Projeção do PIB do Estado - R\$ milhões	3.629.737.299,67	4.174.197.894,63	0,00
Receita Corrente Líquida (RCL)	312.774.411,05	349.619.236,87	390.804.382,76


JEFERSON LUIZ TOMAZONI
 Prefeito Municipal

São Gabriel do Oeste/MS, 17 de julho de 2024.

Rua Martimiano Alves Dias, 1211 - Centro - São Gabriel do Oeste/MS - CEP 79.490-000

Fone/Fax: (067) 3295-2111 -

Site: www.saogabriel.ms.gov.br

"Doe sangue, doe órgãos, salve uma vida"



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

**MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2025**

R\$ 1,00

AMF – Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

EVENTOS	Valor Previsto para 2025
Aumento Permanente da Receita	10.812.634,91
(-) Transferências Constitucionais	0,00
(-) Transferências ao FUNDEB	2.162.526,98
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	8.650.107,93
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I+II)	8.650.107,93
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0,00
Novas DOCC	0,00
Novas DOCC geradas por PPP	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	8.650.107,93

FONTE: SCPI - PPA [8.25.29.325], MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DO OESTE, Data/hora da emissão: 16/jul/2024 08h e 03m"

São Gabriel do Oeste/MS, 17 de julho de 2024.


JEFERSON LUIZ TOMAZONI
Prefeito Municipal

Rua Martimiano Alves Dias, 1211 - Centro - São Gabriel do Oeste/MS - CEP 79.490-000

Fone/Fax: (067) 3295-2111 -

Site: www.saogabriel.ms.gov.br

"Doe sangue, doe órgãos, salve uma vida"



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2025

AMF –Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V) R\$ 1,00

TRIBUTOS	MODALIDADE	SETOR / PROGRAMAS BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA		COMPENSAÇÃO
			2025	2026	
Todos os Tributos	Anistia	Juros e Multas de Mora da Dívida Ativa	323.700,00	349.272,30	376.864,81 Arrecadação Dívida Ativa

FONTE: SCPI - PPA [8.25.29.325]. MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DO OESTE, Data/hora da emissão: 16/jul/2024 08h e 11m"

JEFERSON LUIZ TOMAZONI
Prefeito Municipal

São Gabriel do Oeste/MS, 17 de julho de 2024.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
ARF (LRF, art 4º, § 3º) R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
PASSIVOS CONTINGENTES			
Demandas Judiciais	0,00		0,00
Dividas em Processo de Reconhecimento	1.500.000,00	Redução da Despesa orçamentária	1.500.000,00
Avais e Garantias Concedidas	0,00		0,00
Assunção de Passivos	0,00		0,00
Assistências Diversas	0,00		0,00
Outros Passivos Contingentes	516.109,00	Abertura de créditos adicionais a partir da reserva de contingência	516.109,00
SUBTOTAL	2.016.109,00	SUBTOTAL	2.016.109,00
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS			
Frustração de Arrecadação	0,00	Redução da despesa orçamentária	2.000.000,00
Restituição de Tributos a Maior	0,00		0,00
Discrepância de Projeções:	0,00		0,00
Outros Riscos Fiscais	0,00		0,00
SUBTOTAL	2.000.000,00	SUBTOTAL	2.000.000,00
TOTAL	4.016.109,00	TOTAL	4.016.109,00

FONTE: SCPI - PPA [8.25.29.325], MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DO OESTE, Data/hora da emissão: 16/jul/2024 08h e 04m"

São Gabriel do Oeste/MS, 17 de julho de 2024.


JEFFERSON LUIZ TOMAZONI
Prefeito Municipal

Rua Martimiano Alves Dias, 1211 - Centro - São Gabriel do Oeste/MS - CEP 79.490-000
Fone/Fax: (067) 3295-2111 -
Site: www.saogabriel.ms.gov.br

"Doe sangue, doe órgãos, salve uma vida"

Procuradoria Jurídica

LEI Nº1.335, DE 17 DE JULHO DE 2024

LEI Nº1.335, DE 17 DE JULHO DE 2024.

Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2025, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE**, Estado de Mato Grosso do Sul, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no Art. 165, § 2º, da Constituição Federal e na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2025, compreendendo:

- I - Metas e prioridades para o orçamento do Município;
- II - As diretrizes gerais da Administração Pública Municipal;
- III - as diretrizes dos orçamentos fiscal e da seguridade social e das diretrizes gerais de sua elaboração;
- IV - os princípios e limites constitucionais;
- V - as diretrizes específicas do Poder Legislativo;
- VI - as receitas municipais e o equilíbrio com a despesa;
- VII - a alteração na legislação tributária;
- VIII - as disposições sobre despesas de pessoal e encargos;
- IX - as disposições sobre as despesas decorrentes de débitos de precatórios judiciais;
- X - as vedações, quando exceder os limites de despesa com pessoal e os critérios e forma de limitação de empenho;
- XI - as normas relativas ao controle de custos e avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos do orçamento;
- XII - as condições especiais para transferências de recursos públicos a entidades públicas e privadas;
- XIII - as disposições finais.

CAPÍTULO I

Das Diretrizes Orçamentárias

SEÇÃO I

As Diretrizes, Metas e Prioridades para o Orçamento do Município.

Art. 2º Em consonância com o art. 165, §2º, da Constituição Federal, as Metas e as Prioridades para o

exercício financeiro de 2025 são especificadas nos Anexos a este Projeto de Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária de 2025, não se constituindo, porém, em limite à programação das despesas.

Parágrafo único. A execução das ações vinculadas às prioridades e metas do anexo que se refere o *caput* estará condicionada à manutenção do equilíbrio das contas públicas conforme anexo de Metas Fiscais que integra a presente lei.

SEÇÃO II

As Diretrizes Gerais da Administração Municipal

Art. 3º No Projeto de Lei Orçamentária Anual, as receitas serão estimadas e as despesas fixadas segundo preços vigentes em 1º de julho de 2024, podendo, no decorrer da execução do orçamento, esses valores serem atualizados mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – INPC.

Art. 4º Os recursos ordinários do tesouro municipal obedecem à seguinte prioridade na sua alocação:

I - pessoal e encargos sociais;

II - serviço da dívida e precatórios judiciais;

III - custeio administrativo, incluindo a preservação do patrimônio público e contrapartida de convênios;

IV - investimentos.

Art. 5º Os critérios adotados para definição das diretrizes são os seguintes:

I - priorizar a aplicação de recursos destinados à manutenção das atividades já existentes sobre as ações em expansão;

II - os projetos em fase de execução, desde que contidos na Lei de Orçamento, têm preferência sobre os novos projetos.

Art. 6º Fica o Poder Executivo autorizado a representar o Município nas alienações, subvenções, convênios e contratos e a proceder todos os atos para a perfeita representatividade do Município, na celebração de convênios, contratos e outros atos de competência do Executivo.

Art. 7º A proposta orçamentária do Município para o exercício de 2025 será encaminhada pelo Poder Executivo à Câmara Municipal até o dia 31 de agosto de 2024.

Parágrafo único. O Poder Legislativo e os órgãos da Administração Indireta encaminharão ao Órgão Central de Contabilidade do Poder Executivo, até 15 de agosto de 2024, suas respectivas propostas orçamentárias, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária.

SEÇÃO III

As Diretrizes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

e das Diretrizes Gerais de sua elaboração

Art. 8º Os orçamentos fiscal e da seguridade social estimarão as receitas e fixarão as despesas dos Poderes Executivo e Legislativo:

I - O orçamento fiscal refere-se aos Poderes do Município, seus Fundos, Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta, Autarquias e Fundação instituída e mantida pelo Poder Público;

II - O Orçamento da Seguridade Social abrange todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da Administração Direta e Indireta, Autarquias e Fundação instituída e mantida pelo Poder Público.

Art. 9º O orçamento da seguridade social compreende as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social e obedece ao disposto na Constituição Federal, na Constituição Estadual, na Lei Orgânica e conta, dentre outros, com os recursos provenientes de transferências de recursos do Tesouro, Fundos e entidades da Administração Indireta, convênios ou transferências do Estado e da União para a seguridade social.

Art. 10. Na Lei Orçamentária Anual, que apresentará conjuntamente a programação dos orçamentos fiscal e de seguridade social, a discriminação da despesa far-se-á por categoria de programação em Projeto e Atividade.

Parágrafo único. Para efeito de informação ao Poder Legislativo, a proposta orçamentária constará, em nível de categoria de programação e por órgão, a origem dos recursos, indicando-se para cada um, no seu menor nível e obedecendo à seguinte discriminação:

I - o orçamento a que pertence;

II - a natureza da despesa, obedecendo à seguinte classificação:

a) despesas correntes - Pessoal e encargos sociais: atendimento de despesas com pessoal, obrigações patronais, inativos, pensionistas e salário família; juros e encargos da dívida: cobertura de despesas com juros e encargos da dívida interna e externa; outras despesas correntes: atendimento das demais despesas correntes não especificadas nos grupos relacionados nos itens anteriores;

b) despesas de capital – Investimentos: recursos destinados a obras e instalações, equipamentos e material permanente, investimentos em regime de execução especial, diversos investimentos e sentenças judiciais; inversões financeiras; atendimento das demais despesas de capital não especificadas no grupo relacionado no item anterior; amortização da dívida: amortização da dívida interna e externa e diferenças de câmbio.

Art. 11. A Lei Orçamentária Anual incluirá, dentre outros, os seguintes demonstrativos:

I - das receitas arrecadadas conforme prevê o parágrafo 1º, do Art. 2º, da Lei Federal nº 4.320, de 1964;

II - das despesas conforme estabelece o parágrafo 2º, do Art. 2º, da Lei Federal nº 4.320, de 1964 e de forma semelhante a prevista no anexo 2 da referida lei, que detalha o orçamento em seu menor nível por elemento de despesa;

III - dos recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, de forma a caracterizar o cumprimento da Emenda Constitucional 53;

IV - dos recursos destinados para a execução dos serviços de saúde em cumprimento ao índice estabelecido no Art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

V - por projetos e atividades, os quais serão integrados por títulos, quantificando e qualificando os recursos;

VI - reserva de contingência para atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 12. Na elaboração da Proposta Orçamentária deverá ser incentivada a participação popular através de audiências públicas, conforme estabelece no Art. 48 da Lei Complementar 101, de 2000, e, como condição obrigatória para aprovação da Proposta Orçamentária pela Câmara Municipal, deverá ser realizada audiência pública conforme estabelece o Art. 44 da Lei Federal 10.257, de 10 de julho de 2001.

Art. 13 . Os orçamentos das Administrações Indiretas e dos Fundos constarão da Lei Orçamentária Anual, em valores globais, não lhes prejudicando a autonomia da gestão legal de seus recursos, cujos desdobramentos, alterações e suplementações serão aprovadas pelo Poder Executivo durante o exercício de sua vigência, mediante autorização legislativa.

Parágrafo único. Aplicam-se às Administrações Indiretas, no que couber, os limites e disposições da Lei Complementar 101, de 2000, cabendo a incorporação dos seus Orçamentos Anuais assim como as Prestações de Conta, às Demonstrações Consolidadas do Município.

Art. 14. Constará da Lei Orçamentária Anual a autorização para a abertura de créditos orçamentários suplementares, para a criação de programas, elementos de despesa, que na execução orçamentária se fizerem necessários ou que apresentem insuficiência de dotação, de acordo com os arts. 41 e 43 e seus parágrafos e incisos da Lei Federal 4.320, de 1964, com a devida autorização do Legislativo municipal.

Parágrafo único. Excluem-se do limite estabelecido na Lei Orçamentária, ficando autorizadas, para utilização dos Poderes Executivo e Legislativo, as suplementações de dotações para atendimento das seguintes situações:

I - insuficiência de dotações nos Programas dos Fundos com recursos da União ou Estados, já disponibilizados no caixa;

II - suplementações referentes às transferências voluntárias e contrapartidas não disponibilizadas no Orçamento, referentes a recursos obtidos por meio de Emendas dos Orçamentos do Estado e da União e de Convênios realizados com o Estado e a União, para todas as áreas do Município;

III - suplementações para atender despesas do Grupo Natureza de Despesas com Pessoal e Encargos Sociais;

IV - suplementações para atender despesas com a Dívida Fundada e os Precatórios Judiciais.

Art. 15. A Lei Orçamentária Anual pode conter reserva de contingência constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal e é equivalente a, no máximo 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida prevista na proposta orçamentária de 2025, destinada a atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos e demais créditos adicionais.

Art. 16. Fica autorizada a realização de concursos públicos para todos os Poderes, desde que:

I - atendam os dispositivos do Art. 169 da Constituição Federal e limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101, de 2000;

II - sejam para suprir deficiências de mão-de-obra ou ampliação de serviços básicos do Município.

Art. 17. Fica autorizada a realização de capacitação e qualificação de recursos humanos, para todos os poderes.

SEÇÃO IV

Os Princípios e Limites Constitucionais

Art. 18. O Orçamento Anual, com relação à Educação, observará tanto na sua elaboração como na sua execução, a aplicação de, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos do Art. 212, da Constituição Federal.

Parágrafo único. Os recursos do FUNDEB, assim como a sua operacionalização Orçamentária e Contábil, devem ser individualizados em termos de registro de receita, bem como aplicação de despesa, de forma a evidenciar as suas gestões, assim como facilitar as Prestações de Contas a quem de direito.

Art. 19. O orçamento relativo à Saúde observará, tanto na sua elaboração como na sua execução, a aplicação de, no mínimo, 15% (quinze por cento) da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, nos termos do Art. 77, Inc. II, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000.

Art. 20. A Lei Orçamentária Anual pode conter autorização para a contratação de operação de crédito pelo Poder Executivo, a qual fica condicionada ao atendimento das normas estabelecidas na Lei Complementar nº 101, de 2000 e na Resolução nº 43, de 2001 do Senado Federal.

Art. 21. A Lei Orçamentária Anual pode conter autorização para a contratação de operação de crédito por Antecipação da Receita Orçamentária – ARO, desde que observado o disposto no Art. 38 da Lei Complementar nº 101, de 2000 e na Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal.

Art. 22. É vedada a utilização de recursos transferidos em finalidade diversa da pactuada.

Art. 23. A despesa total com pessoal do Poder Executivo não pode exceder o percentual de 54% e o do Poder Legislativo em 6%, da Receita Corrente Líquida do Município, considerada nos termos dos arts. 18, 19 e 20 de Lei Complementar 101, de 2000 e no caso de limitação de empenho obedece ao disposto no Art. 42 desta Lei.

Art. 24. As operacionalizações e demonstrações contábeis compreendem, isolada e conjuntamente, as transações e operações de cada Órgão e Fundo ou entidade da administração direta, nos termos do Inc. III, do Art. 50, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 25. As disponibilidades de caixa serão depositadas em instituições financeiras oficiais nos termos do Art. 43 da Lei Complementar nº 101, de 2000 e nos termos do §3º, do Art. 164 da Constituição Federal, devidamente escriturada de forma individualizada, identificando-se os recursos vinculados a Órgãos, Fundo ou despesa obrigatória.

Art. 26. A Pessoa Jurídica em débito com o Sistema de Seguridade Social e com o Município, não pode contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, conforme estabelece o Art. 195, §3º, da Constituição Federal.

Art. 27. A condição de regularidade da pessoa jurídica referida no Art. 26 é a estabelecida pelo Sistema de Seguridade Social.

Art. 28. Integra a Dívida Pública Consolidada as operações de crédito de prazo inferior a 12 (doze) meses, cujas receitas tenham constado do Orçamento, nos termos do §3º, do Art. 29, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Parágrafo único. Equipara-se a Operação de Crédito e integra a Dívida Pública Consolidada, nos termos do § 1º, do Art. 29, da Lei Complementar nº 101, de 2000, sem prejuízo do cumprimento das exigências dos Artigos 15 e 16 da mesma Lei:

I - a assunção de dívidas;

II - o reconhecimento de dívidas;

III - a confissão de dívidas.

Art. 29. Os Precatórios Judiciais não pagos durante a execução do Orçamento em que houverem sido incluídos integram a dívida consolidada para fins de aplicação dos limites da dívida, conforme § 7º, do Art. 30 da Lei Complementar 101, de 2000.

SEÇÃO V

As Diretrizes Específicas do Poder Legislativo

Art. 30. Para elaboração da proposta orçamentária da Câmara Municipal fica estipulado o percentual de até sete por cento da Receita Tributária do Município e das Transferências Constitucionais da União e do Estado, obedecendo aos arts. 158 e 159 da Constituição Federal e do produto da Receita da Dívida Ativa Tributária.

§1º Os repasses à Câmara Municipal se farão mensalmente, na proporção de um doze avos do total da receita arrecadada no exercício anterior ao dos repasses, conforme legislação específica descrita no *caput* deste artigo.

§2º Para efeito de incorporação da execução orçamentária, financeira e patrimonial da Câmara Municipal, o Poder Legislativo deverá obedecer aos critérios estabelecidos no Decreto nº 10.540/2020 que dispõe sobre o padrão mínimo de qualidade do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle – SIAFIC.

§ 3º O valor do orçamento do Poder Legislativo Municipal poderá ser suplementado ou reduzido nas hipóteses previstas no Artigo 43 da Lei nº 4.320/64.

Art. 31. As despesas com pessoal e encargos da Câmara Municipal, incluindo os subsídios dos vereadores, limitar-se-ão ao estabelecido na alínea “a”, do Inc. III, do Art. 20, da Lei Complementar 101, de 2000.

SEÇÃO VI

As Receitas Municipais e o Equilíbrio com a Despesa

Art. 32. Constituem-se receitas do Município aquelas provenientes:

I - dos tributos de sua competência;

II - de prestação de serviços;

III - das quotas-parte das transferências efetuadas pela União e pelo Estado, relativas às participações em impostos Federais e Estaduais, conforme arts. 158 e 159 da Constituição Federal;

IV - de convênios formulados com órgãos governamentais e entidades privadas;

V - de empréstimos e financiamentos, com prazo superior a 12 (doze) meses, autorizados por Lei específica, vinculados a obras e serviços públicos;

VI - recursos provenientes da Emenda Constitucional 53;

VII - das demais receitas auferidas pelo Tesouro Municipal;

VIII - das transferências destinadas à Saúde e à Assistência Social pelo Estado e pela União;

IX - das demais transferências voluntárias.

Art. 33. Na estimativa das receitas serão considerados os efeitos das modificações na legislação tributária, da variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA, do crescimento econômico ou de qualquer outro fato relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos 3 (três) anos da projeção para os dois seguintes àquela a que se referirem e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

§ 1º Reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

§ 2º O montante previsto para receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das Despesas de Capital constantes do Projeto de Lei Orçamentária.

§ 3º O Poder Executivo colocará à disposição do Poder Legislativo Municipal e dos demais poderes, no mínimo 30 (trinta) dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 34. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deverá iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto nesta Lei de Diretrizes Orçamentárias, a pelo menos uma das seguintes condições:

I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa da receita orçamentária na forma do Art. 12 da Lei Complementar nº 101, de 2000 e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da Lei de Diretrizes Orçamentárias quando for o caso;

II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no *caput*, por meio de aumento da receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção de caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§2º O disposto neste artigo não se aplica ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

Art. 35. As receitas próprias de Órgãos, Fundos, inclusive Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, serão programadas para atenderem, preferencialmente, as funções próprias de cada um: os gastos com pessoal e encargos sociais, os juros, os encargos e amortização da dívida, a contrapartida a financiamentos e outros necessários para a sua manutenção ou investimentos prioritários, bem como racionalização das despesas.

Parágrafo único. As receitas dos Fundos serão registradas nos Fundos, separando-se por rubricas orçamentárias específicas, inclusive as relativas aos convênios que deverão ser individualizados, exceto as transferências financeiras da Prefeitura Municipal, que serão contabilizadas como receitas extraorçamentárias, conforme Portaria n.º 339, de 29 de agosto de 2001, da STN/MF.

SEÇÃO VII

Da alteração na legislação tributária

Art. 36. O Poder Executivo providenciará, a fim de assegurar a programação e arrecadação de recursos, revisões tributárias, vinculadas especialmente:

I - a revisão da legislação e cadastro imobiliário, para efeito de regulamentação, lançamento e arrecadação do IPTU;

II - ao recadastramento dos contribuintes do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, e aprimoramento no sistema de sua fiscalização e cobrança;

III - a reestruturação no sistema de avaliação imobiliária, para cobrança do Imposto de Transmissão Bens Imóveis - ITBI, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição, adequando-o à realidade e valores de mercado;

IV - ao controle do valor adicionado, para efeito de crescimento do índice de participação no Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação;

V - as amostragens populacionais periódicas, visando à obtenção de maiores ganhos nos recursos do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, distribuídos em Função da Receita da União, do Imposto de Renda e Imposto sobre Produtos Industrializados;

VI - a recuperação dos investimentos, através da cobrança da contribuição de melhoria prevista em lei;

VII - a cobrança, através de tarifas decorrentes de serviços públicos ou do exercício do poder de polícia, com seus custos atualizados de acordo com o dimensionamento das despesas aplicadas na prestação dos serviços e nas demais atividades vinculadas aos contribuintes imobiliários, prestadores de serviços, comércio e indústria em geral, localizados no município;

VIII - a modernização da Administração Pública Municipal, através da redução de despesas de custeio, racionalização de gastos e implementações da estrutura operacional para o atendimento adequado das aspirações da coletividade.

Art. 37. O Município fica obrigado a arrecadar todos os tributos de sua competência.

SEÇÃO VIII

Das Disposições sobre Despesas de Pessoal e Encargos

Art. 38. Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, observado o inciso I do mesmo parágrafo, fica autorizado as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alteração na estrutura de carreiras, bem como admissões e contratações de pessoal por meio de abertura de novos concursos públicos ou a qualquer título, desde que observados os preceitos impostos pelos arts. 15, 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

§ 1º Além de observar às normas do *caput*, no exercício financeiro de 2024 as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo deve atender as disposições contidas nos Artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

§ 2º Se durante o exercício financeiro de 2025 a despesa com pessoal atingir o limite de que trata o Parágrafo único, do Art. 22, da Lei Complementar nº 101, de 2000, a realização de serviços extraordinários somente pode ocorrer quando destinada a atendimento de relevantes interesses públicos que ensejem situações emergenciais de risco ou de prejuízos para a sociedade.

Art. 39. Para o exercício financeiro de 2025 será considerada como despesas de pessoal a definição contida no Art. 18 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

SEÇÃO IX

As Disposições Sobre as Despesas Decorrentes de Débitos de Precatórios Judiciais

Art. 40. Para atendimento ao prescrito no Art. 100, § 10, da Constituição Federal, fica o Poder Executivo autorizado a incluir no Orçamento a previsão de dotação orçamentária ao pagamento de débitos oriundos de precatórios judiciais.

Parágrafo único. A relação dos débitos de que trata o *caput* deste artigo somente incluirá precatórios cujos processos contenham certidão de trânsito em julgado da decisão exequenda e atendam a pelo menos uma das seguintes condições:

I - certidão de trânsito em julgado dos embargos à execução;

II - certidão que não tenham sido opostos embargos ou qualquer impugnação aos respectivos cálculos;

III - precatórios apresentados, com características dos itens acima, até a data de 1º de julho de cada ano.

SEÇÃO X

Das vedações quando exceder os limites de despesa com pessoal e dos critérios e forma de limitação de empenho

Art. 41. A averiguação do cumprimento dos limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 da Lei Complementar nº 101, de 2000, será realizada no final de cada quadrimestre.

Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados:

I - a concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no Inc. X, do Art. 37, da Constituição Federal;

II - criação de cargo, emprego ou função;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V - contratação de hora extra.

Art. 42. Se a despesa total com pessoal, do Poder ou Órgão, ultrapassar os limites definidos na Lei Complementar nº 101, de 2000, sem prejuízo das medidas previstas no art. 22 da Lei Complementar nº 101, de 2000, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as providências previstas nos § 30 e 40, do Art. 169 da Constituição Federal.

§1º No caso do inciso I, §3º, do art. 169 da Constituição Federal, o objetivo poderá ser alcançado pela extinção dos cargos e funções.

§2º Não alcançada a redução no prazo estabelecido e enquanto perdurar o excesso, o ente não poderá:

I - receber transferências voluntárias;

II - obter garantia, direta ou indireta, de outro ente;

III - contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal.

Art. 43. Se verificado ao final de um quadrimestre que a realização da receita pode não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, os Poderes Legislativo e Executivo promoverão, por ato próprio nos montantes necessários, nos 30 dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, utilizando os critérios de redução de despesas na ordem inversa ao estabelecido no Art. 4º desta Lei, respeitando o pagamento da Dívida Fundada, precatórios, pessoal e encargos.

§1º No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados, dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas;

§2º Não serão objeto de limitações as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais, inclusive aquelas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

SEÇÃO XI

As normas relativas ao controle de custos e avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos do orçamento

Art. 44. Quadrimestralmente os poderes elaborarão relatórios sobre o controle de custos e avaliações de resultados, contendo, de forma resumida:

I - Os programas executados e não executados, comparando-se os valores previstos com os utilizados, separando-se as despesas pagas de outros exercícios;

II - Quantificação dos serviços executados e atendimentos das respectivas Secretarias.

SEÇÃO XII

As condições especiais para transferências de recursos públicos a entidades públicas e privadas

Art. 45. As transferências de recursos do Tesouro Municipal para entidades privadas beneficiarão somente aquelas sem fins lucrativos e de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de fomento à pesquisa e ao desenvolvimento econômico, de cooperação técnica, ambiental e coleta seletiva.

§ 1º As parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, serão em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, fomento ou acordos de cooperação.

§ 2º Para atender ao disposto no *caput*, durante a execução orçamentária do exercício de 2025, o Poder Executivo poderá encaminhar ao Poder Legislativo projeto de lei para abertura de crédito adicional especial.

§ 3º Fica vedada a previsão de recursos orçamentários para subvenções sociais a clubes, associações ou quaisquer entidades congêneres privadas, ressalvado o disposto no *caput* deste artigo.

Art. 46. Despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (Art. 62, da Lei Complementar nº 101, de 2000).

CAPÍTULO II

Das disposições gerais

Art. 47. As propostas de modificação no Projeto da Lei Orçamentária Anual serão apresentadas, no que couber, da mesma forma e nível de detalhamento dos demonstrativos e anexos apresentados.

Art. 48. Fica o Poder Executivo autorizado, no decorrer da execução orçamentária, a abrir créditos suplementares com recursos provenientes do excesso de arrecadação, limitados ao crescimento nominal da Receita do Município, acumulado no exercício.

Art. 49. Para ajustar as despesas ao efetivo comportamento da receita, pode constar na Lei Orçamentária Anual autorização ao Poder Executivo e ao Poder Legislativo para abertura de crédito suplementar de 30% sobre o total da despesa fixada no orçamento geral do Município, observado o Parágrafo único e seus incisos do Art. 14, desta lei, utilizando os recursos previstos nos Inc. I, III e IV, do § 1º, do Art. 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 1964.

§1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar, remanejar ou extinguir elementos de despesas e fontes de recursos não previstos no orçamento de 2025, dentro dos programas e projetos/atividades existentes e sem alteração destes.

§2º Os elementos de despesas e fontes de recursos não previstos no orçamento de 2024 criados,

remanejados e extintos, não onerarão o limite previsto no *caput* deste artigo.

Art. 50. O Poder Executivo, nos termos do inciso IV do Art. 167 da Constituição Federal de 1988, poderá transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária Anual e nos créditos adicionais, em decorrência da extinção, da transformação, da transferência, da incorporação ou do desmembramento de órgãos e entidades, e de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática com a finalidade de facilitar o cumprimento da programação aprovada na LOA.

§ 1º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – transposição: as realocações de recursos no âmbito dos programas de trabalho dentro do mesmo órgão;

II – remanejamento: as realocações na organização do ente público, com destinação de recursos de um órgão para outro;

III – transferência: as realocações de recursos entre categorias econômicas de despesas, dentro do mesmo órgão e do mesmo programa de trabalho.

§ 2º A transposição, remanejamento ou a transferência poderá ocorrer até o limite de 30% (trinta por cento) do total da despesa inicialmente fixada na Lei Orçamentária Anual de 2025.

§ 3º Essa tríade constitucional não poderá aumentar o total da despesa fixada na Lei Orçamentária Anual.

§ 4º As autorizações contempladas no *caput* deste artigo são extensivas às dotações orçamentárias consignadas ao Poder Legislativo e às programações orçamentárias dos fundos e dos órgãos da administração indireta.

Art. 51. O chefe do Poder Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com os Governos Federais, Estaduais e Municipais, por meio de seus órgãos da administração direta e indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não em parcerias ou outras.

Art. 52. Se o Projeto de Lei Orçamentária Anual não for aprovado até 31 de dezembro de 2024, o Poder Executivo executará a sua programação mensalmente até o limite de 1/12 (um doze avos) do total do Orçamento de 2024, observada a efetiva arrecadação no mês anterior, até a sua aprovação pela Câmara Municipal, vedado o início de qualquer projeto novo.

Art. 53. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Gabriel do Oeste/MS, 17 de julho de 2024.

S

JEFERSON LUIZ TOMAZONI

Prefeito Municipal

LEI Nº1.335, DE 17 DE JULHO DE 2024

ANEXO

Metas para a elaboração do Orçamento para o exercício de 2025.

Constituem metas para a Administração Municipal para o exercício de 2025.

1. PROGRAMA: MODERNIZAÇÃO E TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO ADMINISTRATIVA.

1. ADMINISTRAÇÃO GERAL

- I – Desenvolver ações de modernização das unidades administrativas do Poder Executivo Municipal , bem como implantar mecanismos de tecnologia de informação voltados para dar maior eficiência, celeridade e economicidade;
- II – Promover a atualização e capacitação dos servidores municipais de forma continuada, bem como propiciar participação em seminários, congressos, palestras, cursos de capacitação e aperfeiçoamento profissional;
- III – Revisar o Planos de Cargos e Remuneração;
- IV – Assegurar o reajuste anual dos servidores municipais, de acordo com a data-base de cada categoria;
- V – Continuar os procedimentos de registro, incorporação, identificação, avaliação, conservação e manutenção dos bens móveis e imóveis;
- VI – Modernizar a frota de veículos do Poder Executivo Municipal, mediante a aquisição de veículos novos, realizar serviços de manutenção preventiva e corretiva da frota existente e implantar serviço de monitoramento nos veículos da frota municipal;
- VII – Adquirir materiais de consumo, mobiliários e equipamentos de informática para as unidades administrativas do Poder Executivo Municipal;
- VIII – Modernizar e adquirir equipamentos de melhor eficiência energética, como computadores, condicionadores de ar e placas fotovoltaicas;
- IX – Continuar os procedimentos de organização e fortalecimento da Procuradoria Jurídica do Município;
- X – Revisar e atualizar a legislação municipal, especialmente o Código de Obras;
- XI – Fortalecer as atividades do Procon Municipal;
- XII - Divulgar as ações de governo e campanhas de interesse da sociedade, mediante a contratação de veículos de comunicação e publicidade;
- XIII - Proporcionar condições para a manutenção das atividades da Comunicação e Publicidade, mediante a contratação de serviços, aquisição de materiais de consumo, mobiliários, equipamentos e materiais permanentes em geral;
- XIV – Implantar o Programa Municipal de Educação Fiscal e Financeira;
- XV – Manter e ampliar o sistema de videomonitoramento nas principais vias urbanas e no entorno dos prédios públicos do Município;
- XVI – Construir, reformar e adequar os prédios públicos;
- XVII – Desenvolver ações voltadas a manutenção do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de São Gabriel do Oeste-MS, que tem por finalidade básica proporcionar aos seus segurados e dependentes o amparo da previdência social assegurada constitucionalmente aos servidores públicos;
- XVIII - Construir sede recreativa, dotada de infraestrutura nas áreas de esporte, lazer e recreação, para a promoção da qualidade de vida dos servidores públicos municipais;
- XIX - Criar almoxarifado central;

XX - Garantir serviços de conexão gratuita de internet nos espaços públicos.

2. ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA-TRIBUTÁRIA

I – Desenvolver ações voltadas para a manutenção do equilíbrio das finanças públicas;

- a. Cumprir as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Legislação Financeira;
- b. Acompanhar a execução orçamentária-financeira.

II - Manter as ações que visam o controle dos gastos municipais e os ajustes fiscais necessários à recuperação das finanças municipais, podendo, se for o caso, contratar serviços especializados de consultoria em Gestão Contábil-Financeira;

III - Incrementar mecanismos voltados para a redução da dívida ativa e a recuperação dos créditos, mediante Programas de Incentivo e Parcelamento Administrativo;

- a. Atualizar o banco de dados da Dívida Ativa;
- b. Promover cobrança extrajudicial e judicial desses débitos.

IV - Dar continuidade à política de justiça fiscal com o objetivo de combater ações de sonegação de tributos municipais;

- a. Fortalecer medidas de fiscalização;
- b. Promover a modernização dos setores de arrecadação.

V - Manter sistemas informatizados de controle e acompanhamento da arrecadação municipal;

VI - Desenvolver práticas para a comodidade e agilidade de atendimento ao contribuinte (serviços *online*);

VII - Amortizar as dívidas do Município, mediante o pagamento dos parcelamentos e precatórios existentes;

a) Adotar medidas para revisão dos juros e encargos, quando possível.

VIII – Promover campanhas junto aos contribuintes sobre a importância dos tributos e do respectivo pagamento;

a) Instituir premiações voltadas para o incremento da arrecadação de impostos.

IX – Promover a participação popular nas ações governamentais e de elaboração dos orçamentos;

a) Fortalecer a Ouvidoria Geral como canal direto de comunicação;

b) Realizar audiências públicas.

X - Implantar o Programa IPTU Verde, para dar desconto no imposto aos proprietários de terrenos sem construção, que plantem grama e mantenham devidamente cuidados.

2. CONTROLADORIA (CONTROLE INTERNO)

I - Fortalecer as ações da Controladoria Interna;

- a. Implementar a estrutura mobiliária;
- b. Implantar mecanismos informatizados de acompanhamento das receitas e despesas, licitações, contratos e parcerias.

II – Ampliar o quadro funcional da Controladoria Geral;

a) Capacitar os servidores do setor.

III – Adotar medidas que garantam a transparência das ações e atos administrativos;

a) Contratar meios de divulgação e informação em geral;

b) Manter a imprensa oficial e da *homepage* da Prefeitura;

c) Realizar audiências públicas, reuniões ampliadas e debates sobre assuntos de interesse da sociedade.

3. PROGRAMA: INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL

I - Executar programa de asfaltamento e drenagem, objetivando atingir 100% das vias urbanas;

- a. Utilizar equipamentos e recursos da Prefeitura Municipal;
- b. Utilizar equipamentos e recursos do Governo Estadual;
- c. Utilizar equipamentos e recursos do Governo Federal;
- d. Realizar parceria público-privada.

II - Adquirir patrulhas mecanizadas (motoniveladoras, caminhões truck, basculantes, comboio de abastecimento, escavadeiras e pás carregadeiras);

III – Dar continuidade na construção de pontos de ônibus nos locais de paradas do transporte coletivo;

IV – Construir praça de esporte e lazer no Bairro Cidade Jardim;

V - Implantar projeto de arborização e jardinagem;

- a. Instalar lixeiras nas vias e logradouros municipais;
- b. Construir calçadas no perímetro urbano;
- c. Melhorar o paisagismo e a acessibilidade.

VI - Reestruturar o trânsito;

- a. Implementar a sinalização vertical e horizontal nas vias urbanas;
- b. Implementar campanhas de educação no trânsito;
- c. Construir faixas elevadas (traffic calming) em vários pontos da cidade, nas vias de grande fluxo, prioritariamente, no entorno das escolas que não possuem a travessia;
- d. Construir ciclovias em algumas ruas e avenidas;
- e. Construir pistas de caminhadas em algumas ruas e avenidas.

VII - Manter o cascalhamento das rodovias municipais;

VIII - Executar drenagem de águas pluviais em todas as vias que se fizerem necessárias;

IX - Construir e manter em bom estado de conservação as pontes, priorizando a troca de pontes de madeira por pontes de concreto;

a. Priorizar as pontes de rota do transporte escolar.

X – Conservar em bom estado de trafegabilidade as vias urbanas pavimentadas e não pavimentadas;

- a. Aplicar micropavimento nas vias urbanas;
- b. Recapear as vias urbanas.

- XI - Trocar as lâmpadas de vapor de sódio e de vapor metálico utilizadas na iluminação pública por lâmpadas de Led;
- XII – Construir novo espaço para instalação da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Trânsito;
- XIII – Construir estruturas espaçadas que evitam a passagem de animais (mata-burros) nas rodovias municipais;
- a. Priorizar as vias de rota do transporte escolar;
- XIV - Reformar e melhorar as instalações do cemitério municipal;
- a. Restaurar e identificar as carneiras e sepulturas em estado de abandono;
- b. Recensear carneiras e sepulturas;
- c. Melhorar a sinalização para localização das carneiras e sepulturas;
- d. Instituir sistema eletrônico de cadastro e identificação de sepulturas, inclusive com QR code;
- XV – Implantar a pavimentação em rodovias municipais rurais;
- XVI - Reduzir o percentual da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP;
- XVII - Construir a Orla Beira Rio, na Rua Beira Rio, às margens da Área de Preservação Permanente – APP;
- XVIII - Construir ponte no Córrego Capão Redondo, final da Av. Primo Maffissoni;
- XIX - Adquirir área de terras para implantação de novo cemitério municipal;
- XX - Reformular a Lei das Construções – Código de Obras;
- XXI - Instituir a Lei de Zoneamento para ordenar o uso do solo do município, especificando os usos permitidos em cada zona, objetivando o desenvolvimento sustentável da cidade.

1. SANEAMENTO

- I - Dar continuidade à Implantação do Sistema de Esgoto Sanitário;
- a. Manter em funcionamento as áreas já implantadas de esgoto sanitário.
- II - Manter e ampliar o sistema de abastecimento de água potável (captação, tratamento e distribuição);
- a. Contratar serviços;
- b. Adquirir materiais de consumo;
- c. Adquirir materiais permanentes, equipamentos em geral;
- d. Realizar obras.
- III - Promover a manutenção da Estação de Tratamento do Esgoto Sanitário – ETE e Estações Elevatórias;
- a. Contratar serviços;
- b. Adquirir materiais de consumo;
- c. Adquirir materiais permanentes e equipamentos em geral;
- d. Realizar obras;
- e. Implantar sistema de tratamento para eliminação de odores da lagoa de estabilização de esgoto sanitário.
- IV - Promover a administração e manutenção da autarquia Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE

(sede e suas unidades);

- a. Contratar serviços;
- b. Adquirir materiais de consumo;
- c. Adquirir materiais permanentes e equipamentos em geral;
- d. Instalar painéis solares fotovoltaicos nas edificações do SAAE;
- e. Realizar obras.

V - Promover a manutenção do Laboratório de Controle e Tratamento de Água e Esgoto do SAAE;

- a. Contratar serviços;
- b. Adquirir materiais de consumo;
- c. Adquirir materiais permanentes e equipamentos em geral.

VI – Realizar programas de prevenção de doenças de veiculação hídrica;

VII - Adquirir, reformar e dar manutenção preventiva nas máquinas e equipamentos;

VIII – Promover a manutenção dos serviços de coletas de resíduos sólidos:

- a. Contratar serviços;
- b. Adquirir materiais de consumo;
- c. Adquirir materiais permanentes e equipamentos em geral;
- d. Implementação de projetos que auxiliem no melhor funcionamento da coleta de resíduos sólidos.

IX - Promover e fomentar projetos e campanhas educativas;

- a. Sobre preservação ambiental;
- b. Sobre saúde pública;
- c. Sobre uso racional da água e dos bens naturais, coleta seletiva e assuntos correlatos;
- d. Sobre combate à poluição dos cursos de água de São Gabriel do Oeste;
- e. Sobre a preservação das nascentes do Rio Coxim e Córrego Capão Redondo.

X - Estudar, projetar e executar, diretamente ou mediante contrato com organizações especializadas de direito público ou privado, as obras relativas à construção, ampliação ou remodelação do sistema público de abastecimento de água e coleta de esgoto sanitário;

XI - Operar, manter e explorar diretamente os serviços de água potável, esgotamento sanitário e coleta de resíduos;

XII - Lançar, arrecadar e fiscalizar as tarifas decorrentes dos serviços de água e esgoto e coleta de resíduos sólidos;

XIII - Promover estudos e pesquisas para o aperfeiçoamento dos serviços de saneamento;

a) Manter intercâmbio com entidades que atuem no campo de saneamento.

XIV - Exercer quaisquer outras atividades relacionadas com o sistema público de água potável, esgotamento sanitário e coleta de resíduos sólidos compatíveis com suas finalidades;

XV - Executar a coleta de lixo domiciliar em todo o perímetro urbano com técnicas e equipamentos apropriados para cada tipo de resíduo;

- a. Realizar parcerias e convênios com instituições públicas e privadas, voltadas à conscientização da destinação correta dos resíduos sólidos, orgânicos, recicláveis e rejeitos;
- b. Elaborar e implementar planos locais de coleta seletiva de resíduos sólidos;
- c. Realizar ampla campanha de educação ambiental nas escolas, comunidade, empresas, associações e cooperativas, especialmente voltada à coleta seletiva de resíduos sólidos.

4. PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS E AUTONOMIA ECONÔMICA DOS CIDADÃOS.

1. DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FMAS)

1. GESTÃO DO SUAS

- I - Firmar Parcerias com as Organizações da Sociedade Civil sem fins lucrativos (OSC's) nos pressupostos da Lei nº 13.019, de 2014, alterada pela Lei nº 13.204, de 2015 - Marco Regulatório – Rede e transferir recursos às mesmas na categoria de Despesa de capital e Despesas Correntes.
- II - Adquirir e repor materiais permanentes na rede socioassistencial – FMAS;
- III - Reformar e ampliar os equipamentos sociais;
- IV - Construir equipamentos sociais;
- V - Elaborar estudos, projetos e planos;
- VI - Construir ou reformar prédio público para instalação do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS;
- VII – Desenvolver e executar ações de atendimento ao Conselho Municipal de Assistência Social;
- VIII - Desenvolver e executar ações de aprimoramento da gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;
- IX - Cumprir com as despesas da Folha de Pagamento dos Servidores da Assistência Social;
- X - Desenvolver e executar ações de atendimento à Coordenadoria de Vigilância Socioassistencial e fortalecer a rede de serviços no município;
- XI - Capacitar os Conselheiros de Direitos e de Políticas setoriais e tutelares;
- XII – Implementar a formação continuada dos profissionais da política de Assistência Social;
- XIII - Implantar sistema informatizado para monitoramento e avaliação dos serviços sociais;
- XIV – Ampliar o quadro de Recursos Humanos por meio de concurso público;
- XV – Manter e dar suporte aos diversos conselhos e instâncias de controle social;
- XVI - Produzir material técnico relacionado aos serviços socioassistenciais do município;
- XVII – Manter em bom estado de conservação as edificações municipais destinadas à Assistência Social;
- XVIII - Adquirir veículo utilitário para atendimentos;
- XIX - Implantar políticas públicas para o Dia Municipal de Mobilização e a Campanha dos Dezesesseis Dias de Ativismo pelo fim da violência contra a mulher;
- XX - Viabilizar a construção de casas populares;
- XXI – Adquirir e repor materiais permanentes aos Conselhos de Direitos;
- XXII – Realizar repasse financeiro para as Organizações da Sociedade Civil, através do Fundo

Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente/FMDCA e Fundo Municipal do Idoso/FMI para execução de projetos, reforma, construção e compra de materiais permanentes;

XXIII – Criar e manter a Ouvidoria do SUAS.

4.2 MANUTENÇÃO E EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

1. Manutenção do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)

I - Manter e executar o Programa de Atendimento Integral à Família (PAIF);

II – Analisar a concessão de benefícios eventuais;

III - Inserir e acompanhar os beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC);

IV - Manter e executar o CADÚNICO/Programa Bolsa Família;

V – Manter o Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos de crianças e adolescentes de 6 a 14 anos e 11 meses;

VI – Manter o Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos de jovens de 15 a 17 anos e 11 meses – preparação e encaminhamento para o mercado de trabalho;

VII – Manter o Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para idosos acima de 60 anos – Centro de Convivência;

VIII – Manter o Programa Passe Livre Intermunicipal;

IX - Desenvolver e executar projetos de geração de trabalho e renda;

X – Desenvolver e executar Programa Primeira Infância o SUAS – Criança Feliz.

4.3 MANUTENÇÃO E EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

4.3.1 Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade a Indivíduos e Família.

I – Manter e executar o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI;

II – Manter o serviço especializado de atenção às pessoas em situação de rua;

III – Manter o serviço de proteção social aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de LA e PSC;

IV – Manter o serviço de apoio ao processo de habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência;

V – Manter o serviço de apoio às famílias de usuários de substâncias psicoativas;

VI – Manter o PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil;

VII – Manter o Serviço Especializado de abordagem social;

VIII – Viabilizar a construção de casas populares;

IX – Implantar projetos habitacionais para pessoas em situação de vulnerabilidade social, com ou sem restrições cadastrais;

X - Criar a Casa da Mulher.

4.3.2 - Proteção Social Especial de Alta Complexidade

I – Manter o serviço de acolhimento de pessoas em situação de rua, migrantes e desabrigados – Casa de Passagem;

II – Manter o serviço de acolhimento para crianças e adolescentes em situação de risco – Família Acolhedora;

III - Implantar o Programa de Residência Inclusiva e/ou Casa Lar para idosos em situação de risco;

IV - Manter a equipe da alta complexidade;

V – Criação e manutenção do serviço Casa Lar do Idoso;

VI - Formação de Grupo de Apoio e Capacitação para famílias aderentes e candidatas a ser Família Acolhedora;

VII - Fortalecer o serviço de Família Acolhedora com campanhas de esclarecimento do serviço à população;

VIII - Fortalecer o serviço de Família Acolhedora por meio de elaboração de material informativo sobre o serviço.

3. - Conselho Tutelar

I- Implementar as ações e serviços prestados pelo Conselho;

II- Manter e melhorar a infraestrutura física;

III- Ampliar o quadro de recursos humanos na área administrativa;

IV- Adquirir equipamentos tecnológicos e de comunicação necessários para o desempenho eficiente das funções dos Conselheiros;

V- Investir em capacitação e formação para Conselheiros Tutelares, garantindo atualização sobre legislações e práticas de proteção à infância e adolescência;

VI- Desenvolver campanhas de sensibilização da comunidade sobre os direitos das crianças e adolescentes e o papel do Conselho Tutelar;

VII- Produzir materiais informativos e educativos;

VIII - Assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

IX - Representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no Art. 220, §3º, Inciso II, da Constituição Federal;

X - Representar ao Ministério Público para efeito de ações de perda ou suspensão do poder familiar;

XI - Fiscalizar as Entidades de Atendimento.

4. – Sala Lilás

I – Manter o serviço de atendimento a mulheres, crianças, adolescentes e idosos vítimas de violência –

Sala Lilás;

II – Manter o serviço de atendimentos as vítimas nas dependências da Delegacia de Polícia civil – Sala Lilás;

III - Fortalecer o serviço da sala Lilás por meio de elaboração de material informativo sobre o serviço;

IV - Manter a equipe da Sala Lilás.

5. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE.

1. INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS.

I - Promover ações estratégicas para atrair e ampliar a matriz produtiva do Município por meio do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico (CODESG);

- a. Instalar novas indústrias e agroindústrias;
- b. Diversificar a base produtiva local.

II - Ofertar cursos técnicos profissionalizantes e de aperfeiçoamento com vistas à qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho em parceria com entidades públicas e privadas;

III - Desenvolver projetos e executar ações que valorizem o comércio, indústria e serviços locais com vistas ao empreendedorismo;

IV - Criar programas de incentivo ao consumo no comércio local em parceria com entidades ligadas ao setor;

V - Promover capacitação para os segmentos empresariais e comerciais para o fortalecimento e crescimento destas;

VI - Criar oportunidades amplas e diversificadas visando formação gerencial, desenvolvimento e incentivo a novos empreendedores e nichos de mercado;

VII - Manter e aprimorar as ações de atendimento, orientações e serviços da Sala do Empreendedor;

VIII - Criar estratégias que incentivem a participação do empresariado local nas compras públicas municipais;

IX - Implantar sistema de transmissão ao vivo das sessões de licitações;

X - Promover parcerias público-privadas para captação e inserção de vagas no mercado de trabalho, por meio da Casa do Trabalhador Municipal;

XI - Promover capacitação direcionada às micro e pequenas empresas para participação nas compras públicas no âmbito municipal;

XII - Implantar e manter cadastro multi-finalitário para fins fiscais, imobiliários e afins;

XIII – Criar programas de bolsas-auxílio que incentive o cidadão a participar de cursos técnicos profissionalizantes e de aperfeiçoamento à qualificação profissional;

XIV – Propor a redução da alíquota do ISSQN como benefícios referentes a concessões deliberadas pelo CODESG.

XV – Ampliar o Núcleo Industrial Norte, instalar e criar núcleos industriais em locais estratégicos para empresas de pequeno e médio porte.

XVI - Implantar um Centro de Atendimento Integrado aos Jovens – CAIJ, dotando o espaço físico de salas para realização de palestras e cursos profissionalizantes nas mais variadas áreas, em parceria com instituições ligadas ao sistema “S” (SESC, SENAC, SENAI e SEBRAE) e empresas, visando a capacitação dos jovens, preparando-os para o mercado de trabalho.

2. AGRICULTURA, PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE.

I – Implementar e ampliar campanhas permanentes para a coleta seletiva de resíduos sólidos para aproveitamento máximo dos resíduos;

- a. Realizar parcerias e convênios com instituições públicas e privadas e consórcios municipais, voltadas à triagem e transbordo dos resíduos sólidos;
- b. Elaborar e implementar planos locais de coleta seletiva de resíduos sólidos;
- c. Realizar ampla e permanente campanha de educação ambiental nas escolas, comunidade, empresas, associações e cooperativas, especialmente voltada à coleta seletiva de resíduos sólidos.

II – Manter e adotar novas tecnologias para a destinação de pneus, pilhas, baterias, lâmpadas, eletroeletrônicos e resíduos da construção civil;

III - Manter e ampliar as ações da unidade de triagem e transbordo dos resíduos sólidos domiciliares;

IV – Incentivar a manutenção da feira livre e suas variações semanais e/ou ao critério dos feirantes nos bairros da cidade;

V - Buscar parcerias para realização de campanhas de castração e posse responsável de cães e gatos;

VI - Buscar parcerias privadas para acolhimento, abrigamento e tratamento de cães e gatos;

VII - Incentivar a pesquisa agropecuária por meio de Sindicatos, Associações, Fundações, Cooperativas e iniciativa privada;

VIII - Apoiar a expansão da suinocultura em parceria com as Cooperativas do setor instaladas no município;

IX - Buscar novas alternativas de produção para a pequena propriedade rural com disponibilização de assistência técnica para diversificação das culturas;

X – Reestruturar as equipes da patrulha mecanizada rural para incentivar e apoiar a produção nas pequenas propriedades rurais;

XI - Incentivar e viabilizar a utilização de fontes renováveis de energia;

XII – Dar continuidade na construção do Parque de Exposições Balduino Maffissoni, de São Gabriel do Oeste;

XIII - Executar ações de educação ambiental, por meio de concurso de fotografias, palestras, caminhada da natureza, pedaladas na natureza e outras atividades relacionadas;

XIV - Fortalecer o Serviço de Inspeção Municipal – SIM;

XV - Participar das políticas do consórcio intermunicipal (COINTA);

XVI – Fomentar e manter ações de divulgação para aquisição de mudas do Viveiro Municipal de espécies nativas;

XVII - Incentivar a produção e diversificação de mudas do Viveiro Municipal;

XVIII - Utilizar o Viveiro Municipal como estação de conscientização e educação ambiental para o bioma cerrado;

XIX - Estruturar o SIM, disponibilizando veículo para encaminhamento das análises fiscais ao laboratório da UEMS de Coxim, por meio de parceria do COINTA;

XX - Disponibilizar e estruturar sala equipada para aulas teóricas e práticas para ministrar curso de higiene e manutenção de alimentos;

XXI - Fomentar políticas públicas educativas para o combate ao comércio de produtos clandestinos e sem inspeção oficial;

XXII - Fomentar exposições, feiras, leilões, apresentações musicais nacionais e internacionais, festivais e outros eventos congêneres no Parque de Exposições Balduino Maffissoni, ou em outro local apropriado;

XXIII – Implementar projetos voltados à produção leiteira, agropecuária, fruticultura e piscicultura;

XXIV – Fomentar e implementar a modalidade de compostagem domiciliar e pública para os rejeitos gerados no Município, trazendo renda com a produção dos adubos fabricados;

XXV – Realizar a atualização do Plano Municipal de Saneamento Básico que contempla: água, esgoto, drenagem e resíduos sólidos;

XXVI – Ampliar salas de aulas dentro da estrutura do centro de qualificação profissional, para a realização de cursos técnicos de média e longa duração, com vínculos da base produtiva das atividades econômicas do Município.

6. PROGRAMA: SAÚDE COM EFICIÊNCIA E QUALIDADE PARA TODOS

I - Instalar uma Unidade de Saúde Pronto Atendimento Médico “PAM 24 horas” para atendimento de baixa complexidade no Bairro Jardim Gramado ou Fênix;

II - Buscar parceria com o Governo do Estado e Operadoras de Planos de Saúde para viabilizar atendimento em local específico aos usuários de Planos de Saúde;

III - Manter e aprimorar as especialidades médicas, dando ênfase no programa de cirurgias eletivas, pré-natal, atendimentos psicólogo, psiquiátrico, fisioterapêutico e neuropediátrico;

IV - Aprimorar o Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC) de forma a integrar todas as unidades da rede municipal de saúde (ESF'S, CEM, CAPS, SAD, CER, CEO e Hospital Municipal), Secretaria Municipal de Saúde, Laboratório Municipal, Casa Rosa, Hospital Municipal e Farmácias, para dar maior resolutividade nos encaminhamentos e solicitações médicas, exames e atendimentos;

V- Efetivar política de humanização no atendimento ao cidadão;

VI - Aperfeiçoar os programas de saúde existentes (ESF, SAMU, SAD, CAPS, CER, CEM, Casa Rosa);

VII – Manter e aprimorar as campanhas de prevenção de doenças e combate ao suicídio;

VIII - Promover chamamentos públicos com o objetivo de apoiar as políticas públicas de saúde existentes no município, ou suprir necessidades existentes nas redes de atenção à saúde;

IX - Implementar medidas de combate, prevenção, controle e redução de doenças causadas pelos vetores *aedes aegypti*, *aedesalbopictus* e outros culicídeos, e infestação do *achatinafulica*;

X - Adotar condutas e práticas para o enfrentamento ao mosquito *Aedes aegypti* na perspectiva da redução de casos de morbimortalidade de dengue, *zika*, *chikungunya* com impactos na Saúde;

- XI - Monitorar e implementar ações de enfrentamento para reduzir os índices das IST's;
- XII – Criar e fortalecer a educação continuada para os profissionais da área de saúde, abrangendo todas as esferas (Prefeitura, Fundação e entidades) e todas as classes profissionais;
- XIII - Equipar e estruturar com novas instalações o Laboratório de Análises Clínicas;
- XIV - Dar aporte financeiro para custeio Fundo a Fundo;
- XVI - Implantar aplicativo para agendamento de atendimento na área de saúde;
- XVII – Ampliar área de quartos de enfermagem do Hospital Municipal;
- XVIII – Reformar e executar manutenção preventiva e corretiva nas unidades das ESFs, Casa Rosa CEM, Regulação, Farmácia Alto Custo, Samu e SAD;
- XIX – Reformar e executar manutenção preventiva no Hospital Municipal;
- a. Instalar painéis solares fotovoltaicos na edificação do Hospital municipal.
- XX – Construir espaço apropriado para instalação da Farmácia Municipal, CAPS e do Centro de Especialidade Odontológica (CEO);
- XXI – Ampliar a oferta de número de exames de alto custo aos usuários;
- XXII - Construir Sistema SIPDA (Sistema de Proteção de Descargas Atmosféricas);
- XXIII – Construir Sistema Anti-Incêndio;
- XXIV - Ampliar a capacidade energética e realizar manutenção da rede elétrica do Hospital Municipal;
- XXV - Manutenção e instalação da rede de gases hospitalar;
- XXVI - Adquirir equipamentos de esterilização e aparelhos cirúrgicos;
- XXVII - Adquirir equipamentos com maior capacidade para setor da lavanderia;
- XXVIII – Manter e aprimorar com recursos humanos mecanismos para castração de cães e gatos;
- XXIX – Aprimorar o banco municipal de órteses, equipamentos para locomoção e conforto do paciente.
- XXX – Ampliar e reformar as unidades de saúde localizadas nos assentamentos (Campanario, Patativas e Itaqui, distrito Areado);
- XXXI – Adquirir mobiliário e equipamentos para as unidades de saúde (ESFs, CAPS, Casa Rosa, CEM, SAMU, SAD, regulação, farmácia);
- XXXII – Ampliar e estruturar a capacidade da rede de distribuição de sinal de internet das unidades de atendimento à saúde;
- XXXIII – Aumentar frota de veículos oficiais;
- XXXIV– Reestruturar recursos humanos dos serviços de saúde e da Secretaria de Saúde de acordo com as necessidades existentes devido ao aumento da demanda e oferta de serviços;
- XXXV – Construção de área para a utilização dos Conselhos Municipais de Saúde e sua estruturação com mobília e equipamentos;

XXXVI – Adquirir veículos para o Hospital Municipal para realização de trabalhos administrativos, dentre eles um utilitário pequeno para carregar cilindros de oxigênio e um popular para serviços em geral;

XXXVII - Criar Programa “Minha vida saudável”, para controle da obesidade, com apoio profissional de psicólogo, nutricionista, educador físico, médicos;

XXXVIII - Desenvolver projeto para implantação de um Centro de Tratamento, Recuperação e Reabilitação para deficientes auditivos, visuais, físicos, entre outros, no Município;

XXXIX - Reativar o “Programa de Saúde do Servidor Público” com setor de fisioterapia, odontologia, psicologia ;

XL - Implantar a “Central de Agendamento de Consultas Médicas e de Exames”, e o serviço de pós atendimento aos usuários da rede municipal de saúde.

7. PROGRAMA: EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA RENOVAÇÃO COM COMPETÊNCIA

I - Manter o "Projeto Férias Legal" nos Centros Municipais de Educação Infantil durante os períodos de férias e recesso escolar;

II - Expandir as campanhas educativas para prevenir *bullying*, violência e suicídio, além de promover a conscientização ambiental e outras iniciativas;

III - Aumentar o número de vagas para a educação infantil, de zero a três anos e onze meses, em regime de tempo integral;

IV - Elevar o suporte financeiro aos acadêmicos que viajam para outros municípios, explorando alternativas para diminuir os custos de transporte;

V - Melhorar a infraestrutura de internet nas escolas e na Secretaria Municipal de Educação;

VI - Renovar as instalações físicas das Escolas Municipais e dos CMEIs, incluindo pintura, troca de pisos e manutenção geral;

VII - Implementar um sistema de avaliação para monitorar o desempenho do Ensino Fundamental e desenvolver estratégias para melhorar os índices educacionais;

VIII – Continuar a contratação de pessoal por meio de processos seletivos;

IX - Estabelecer um cronograma de manutenção periódica para os veículos de transporte escolar;

X - Adquirir novos eletrônicos e mobiliários para as escolas da Rede Municipal de Ensino e para os CMEIs;

XI - Comprar materiais esportivos para as escolas da rede;

XII - Adquirir brinquedos pedagógicos para a educação infantil;

XIII - Comprar materiais pedagógicos diversos;

XIV - Comprar livros de literatura infantil;

XV - Adquirir livros de literatura infanto-juvenil;

XVI - Instalar telas interativas em todas as salas de aula;

XVII - Implementar o identificador facial nas entradas das escolas para aumentar a segurança e facilitar

o monitoramento dos estudantes;

XVIII - Lançar o "Programa Municipal de Educação Empreendedora" nas escolas;

XIX - Oferecer aulas de robótica no período complementar para estudantes do ensino fundamental;

XX - Construir uma nova escola para expandir a capacidade de atendimento;

XXI - Implementar projetos educacionais visando a orientação e combate às drogas, com fortalecimento do PROERD; apoio à diversidade, com participação das famílias e das Secretarias Municipais;

XXII - Implantar o Programa "Eu sou, eu posso, eu consigo", de cursos preparatórios para o ENEM;

XXIII - Valorizar boas práticas, premiando os profissionais que se destacam no trabalho docente.

8. PROGRAMA: ESPORTE E LAZER AO ALCANCE DE TODOS

I – Implantar e executar o Sistema e o Plano Municipal de esporte e lazer;

II - Construir complexo multiuso de esportes, cultura e lazer no Bairro Jardim Gramado;

III – Reformar, adequar e manter em condições de uso as instalações do Parque Aquático;

IV – Reformar o Estádio Municipal;

V – Reformar o Centro de Eventos;

VI – Construir, modernizar, reformar, ampliar e manter em condições de uso as instalações dos parques e praças do município;

VII - Reformar os ginásios poliesportivos do município;

VIII – Implantar "Programa Lazer Comunitário" nos parques e praças do município;

IX - Realizar eventos esportivos e de lazer nas diversas modalidades;

X - Fomentar o esporte escolar e de base, ampliando as escolinhas esportivas disponíveis no Município;

XI – Fomentar o esporte amador e de rendimento;

a. Realizar parcerias e convênios com instituição públicas e privadas para estimular a manutenção e participação de equipes em eventos.

XII – Estabelecer parcerias e convênios para gestão e manutenção de espaços esportivos e de lazer no município;

XIII – Adquirir veículo utilitário para as atividades relacionadas ao esporte e lazer;

XIV – Adquirir equipamentos esportivos e de lazer;

XV - Construir Centro Cultural Municipal para apresentações artísticas, culturais e educacionais, para possibilitar que as pessoas e famílias tenham atividades de formação cultural;

XVI - Intermediar junto ao Governo estadual a realização de cursos de arbitragem, em diversas modalidades esportivas;

XVII - Construir campo para a prática e competições de futebol suíço;

XVIII - Transformar o acervo histórico da Prefeitura em acervo digital e difundir gratuitamente para escolas e todos os interessados.

9. PROGRAMA: CULTURA EM FOCO

I - Valorizar a cultura local, apoiando as diversas manifestações culturais do Município;

II - Fortalecer as ações e projetos culturais da Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo;

a) Incluir novos projetos no calendário cultural do município.

III - Realizar festividades no aniversário do Município;

IV - Apoiar a Festa do Leitão no Rolete;

V - Realizar o FestOeste;

VI - Implementar e executar o Sistema e Plano Municipal de Cultura;

VII - Realizar contação de histórias e entretenimento para o público infantil nas bibliotecas municipais;

VIII - Atualizar o Acervo Bibliográfico;

IX - Dar continuidade ao Projeto Luzes do Cerrado;

X – Realizar atividades Natalinas, complementando as ações do “Projeto Luzes do Cerrado – O Natal Iluminado de São Gabriel do Oeste”;

XI - Realizar concurso “Miss São Gabriel”;

XII – Realizar festival estudantil de música;

XIII – Reformar o prédio do “Projeto Cultura Viva”;

XIV - Criar intercâmbios culturais intermunicipais;

XV – Apoiar projetos bibliográficos, audiovisual e fonográfico de resgate histórico e cultural do Município;

XVI – Adquirir Instrumentos e Equipamentos para os Projetos Culturais;

XVII – Criação de Museu Municipal.

LEGISLATIVO

I - Suprir as necessidades de consumo e equipar os setores administrativos e gabinetes parlamentares da Câmara Municipal, por meio da aquisição de materiais de consumo, expediente, limpeza, mobiliários, veículos e equipamentos em geral;

II - Promover a modernização dos setores administrativos e gabinetes parlamentares da Câmara Municipal, por meio do uso de tecnologia de informação, visando à execução eficiente de suas atividades meio e fim, adquirindo equipamentos de informática e locação de softwares;

III - Capacitar os servidores públicos do Poder Legislativo e vereadores nas diversas áreas de atuação na Administração Pública Municipal e do Legislativo Municipal, por meio da participação em cursos,

seminários, palestras, simpósios, congressos e treinamentos; aquisição de livros, manuais, revistas e informativos em geral;

IV - Dar continuidade à política de recursos humanos para os servidores públicos do Poder Legislativo, visando o bem-estar e a valorização profissional, por meio da concessão de reajuste salarial, abono-saúde, implantação de plano de cargos e carreiras de acordo com as especificidades de cada categoria, revisão de estatutos e regulamentação dos institutos jurídicos relacionados às áreas administrativas e de recursos humanos;

V- Dar continuidade às ações de registro, incorporação, identificação, avaliação, conservação e manutenção dos bens móveis e imóveis do Poder Legislativo, por meio da locação ou aquisição de programas de informática, equipamentos de tecnologia de informação e contratação de profissionais especializados em avaliação de bens móveis e imóveis;

VI – Realizar concurso público para provimento de vagas;

VII – Reforma e manutenção da estrutura física da Câmara de Vereadores;

VIII - Construir e/ou ampliar a estrutura física da Câmara de Vereadores;

IX - Desenvolver ações, por meio da Procuradoria da Mulher, visando zelar pela defesa das mulheres, com implementação de campanhas educativas e antidiscriminatórias; promoção de audiências públicas, pesquisas e estudos sobre violência e discriminação contra a mulher.

São Gabriel do Oeste/MS, 17 de julho de 2024.

JEFERSON LUIZ TOMAZONI

Prefeito Municipal

ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas			Metas Realizadas			Variação	
	2023 (a)	% PIB	% RCL	2023 (b)	% PIB	% RCL	Valor (c)=(b-a)	% (c/a)x100
Receita Total(EXCETO FONTES RPPS)	251.679.396,26	9,17000	115,27940	280.915.547,15	10,23520	112,38150	29.236.150,89	11,62000
Receitas Primárias(EXCETO FONTES RPPS)(I)	249.986.619,06	9,10830	114,50410	273.694.522,61	9,97210	109,49270	23.707.903,55	9,48000
Despesa Total(EXCETO FONTES RPPS)	251.679.396,26	9,17000	115,27940	267.578.332,73	9,74930	107,04590	15.898.936,47	6,32000
Despesas Primárias(EXCETO FONTES RPPS)(II)	249.267.792,54	9,08210	114,17480	265.760.011,90	9,68300	106,31840	16.492.219,36	6,62000
Receita Total(COM FONTES RPPS)	15.845.611,07	0,57730	7,25790	19.858.995,04	0,72360	7,94470	4.013.383,97	25,33000
Receitas Primárias(COM FONTES RPPS)(III)	15.375.763,22	0,56020	7,04270	17.531.561,19	0,63880	7,01360	2.155.797,97	14,02000
Despesa Total(COM FONTES RPPS)	15.845.611,07	0,57730	7,25790	6.382.148,41	0,23250	2,55320	-9.463.462,66	-59,72000
Despesas Primárias(COM FONTES RPPS)(IV)	15.845.611,07	0,57730	7,25790	6.382.148,41	0,23250	2,55320	-9.463.462,66	-59,72000
Resultado Primário(SEM RPPS) - Acima da Linha(V)=(I-II)	718.826,52	0,02620	0,32930	7.934.510,71	0,28910	3,17430	7.215.684,19	1.003,81440

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%	
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	315.395.128,50	0,00	352.548.674,63	11,78	394.078.908,51	11,78	
Receitas Primárias(EXCETO FONTES RPPS)(I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	307.932.373,29	0,00	344.206.806,86	11,78	384.754.368,70	11,78	
Despesa Total(EXCETO FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	315.395.128,50	0,00	352.548.674,63	11,78	394.078.908,51	11,78	
Despesas Primárias(EXCETO FONTES RPPS)(II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	312.683.612,89	0,00	349.517.742,48	11,78	390.690.932,55	11,78	
Receita Total(COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.465.786,69	0,00	28.465.656,35	11,78	31.818.910,67	11,78	
Receitas Primárias(COM FONTES RPPS)(III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.355.400,50	0,00	23.871.066,68	11,78	26.683.078,33	11,78	
Despesa Total(COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.465.786,69	0,00	28.465.656,35	11,78	31.818.910,67	11,78	
Despesas Primárias(COM FONTES RPPS)(IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.465.786,69	0,00	28.465.656,35	11,78	31.818.910,67	11,78	
Resultado Primário(SEM RPPS) - Acima da Linha(V)=(I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-4.751.239,60	0,00	-5.310.935,62	11,78	-5.936.563,85	11,78	
Resultado Primário(COM RPPS) - Acima da	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-8.861.625,79	0,00	-9.905.525,29	11,78	-11.072.396,19	11,78	
Linha(VI)=(V)+(III-IV)												
Dívida Pública Consolidada(DC)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.056.265,03	0,00	10.123.093,06	11,78	11.315.593,42	11,78	
Dívida Consolidada Líquida(DCL)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Resultado Nominal(SEM RPPS) - Abaixo da linha	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

FORNE: SCPI - PPA [8.25.29.315], MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DO OESTE, Data/hora da emissão: 15/abr/2024 14h e 03m"

Cenário Macroeconômico/Metodologia de Cálculo	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial	7,90	4,62	12,05	11,78	11,78	11,78
Projeção do PIB do Estado - R\$ milhões	204.024.707,00	2.744.602.873,10	3.156.293.304,07	3.629.737.299,67	4.174.197.894,63	0,00
Receita Corrente Líquida (RCL)	0,00	249.966.048,58	279.260.574,90	312.774.411,05	349.619.236,87	390.804.382,76

São Gabriel do Oeste/MS, 17 de julho de 2024.

JEFERSON LUIZ TOMAZONI

Prefeito Municipal

ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS ANUAIS

2025

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, §

1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2025				2026				2027			
	VI. Corrente (a)	VI. Constante	% PIB (a/PIB)x100	% RCL (a/RCL)x100	VI. Corrente (b)	VI. Constante	% PIB (b/PIB)x100	% RCL (b/RCL)x100	VI. Corrente (c)	VI. Constante	% PIB (c/PIB)x100	% RCL (c/RCL)x100
Receita Total(EXCETO FONTES RPPS)	357.509.780,6	315.395.128,5	9,84950	114,30280	399.624.432,8	352.548.674,6	9,57370	114,30280	446.700.191,0	394.078.908,5	44,670.019.101,000	114,30280
Receitas Primárias(EXCETO FONTES RPPS)(I)	349.050.525,1	307.932.373,2	9,61640	111,59820	390.168.677,0	344.206.806,8	9,34720	111,59820	436.130.547,1	384.754.368,7	43,613.054.716,000	111,59820
Receitas Primárias Correntes Impostos, Taxas e Contribuições	337.663.604,4	297.886.831,8	9,30270	107,95760	377.440.377,0	332.977.900,6	9,04220	107,95760	421.902.853,4	372.202.697,3	42,190.285.346,000	107,95760
de Melhoria	59.792.486,54	52.748.931,63	1,64730	19,11680	66.836.041,45	58.962.755,77	1,60120	19,11680	74.709.327,13	65.908.568,39	7,470.932.713,0000	19,11680
Transferências Correntes Demais	217.288.276,7	191.691.717,7	5,98630	69,47120	242.884.835,7	214.273.002,0	5,81870	69,47120	271.496.669,3	239.514.361,7	27,149.666.936,000	69,47120
Receitas Primárias Correntes	60.582.841,19	53.446.182,50	1,66910	19,36950	67.719.499,88	59.742.142,79	1,62230	19,36950	75.696.856,97	66.779.767,22	7,569.685.697,0000	19,36950
Receitas Primárias de Capital Despesa Total(EXCETO FONTES RPPS)	11.386.920,71	10.045.541,45	0,31370	3,64060	12.728.299,97	11.228.906,23	0,30490	3,64060	14.227.693,71	12.551.671,39	1,422.769.371,0000	3,64060
Despesas Primárias(EXCETO FONTES RPPS)(II)	357.509.780,6	315.395.128,5	9,84950	114,30280	399.624.432,8	352.548.674,6	9,57370	114,30280	446.700.191,0	394.078.908,5	44,670.019.101,000	114,30280
Despesas Primárias Correntes Pessoal e Encargos Sociais Outras Despesas Correntes Despesas Primárias de Capital	354.436.196,8	312.683.612,8	9,76480	113,32010	396.188.780,8	349.517.742,4	9,49140	113,32010	442.859.819,2	390.690.932,5	44,285.981.926,000	113,32010
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	306.888.402,3	270.736.948,5	8,45480	98,11810	343.039.856,1	302.629.761,1	8,21810	98,11810	383.449.951,2	338.279.546,9	38,344.995.124,000	98,11810
Despesas Primárias de Capital	143.566.601,2	126.654.455,6	3,95530	45,90100	160.478.746,8	141.574.350,4	3,84450	45,90100	179.383.143,2	158.251.808,9	17,938.314.322,000	45,90100
Despesas Primárias	163.321.801,1	144.082.492,9	4,49950	52,21710	182.561.109,3	161.055.410,6	4,37360	52,21710	204.066.808,0	180.027.738,0	20,406.680.802,000	52,21710
Receita Total(COM FONTES RPPS)	47.163.873,83	41.607.969,49	1,29940	15,07920	52.719.778,17	46.509.388,30	1,26300	15,07920	58.930.168,04	51.988.194,24	5,893.016.804,0000	15,07920
Despesa Total(COM FONTES RPPS)	8.298.482,33	7.320.921,11	0,22860	2,65320	9.276.043,55	8.183.325,62	0,22220	2,65320	10.368.761,48	9.147.321,38	1,036.876.148,0000	2,65320
Despesas Primárias(COM FONTES RPPS)(IV)	28.866.228,39	25.465.786,69	0,79530	9,22910	32.266.670,09	28.465.656,35	0,77300	9,22910	36.067.683,83	31.818.910,67	3,606.768.383,0000	9,22910
Resultado Primário(SEM RPPS) - Acima da Linha(V)=(I-II)	24.206.983,11	21.355.400,50	0,66690	7,73940	27.058.565,72	23.871.066,68	0,64820	7,73940	30.246.064,76	26.683.078,33	3,024.606.476,0000	7,73940
Resultado Primário(COM FONTES RPPS)	28.866.228,39	25.465.786,69	0,79530	9,22910	32.266.670,09	28.465.656,35	0,77300	9,22910	36.067.683,83	31.818.910,67	3,606.768.383,0000	9,22910

											0	
	28.866.228,39	25.465.786,69	0,79530	9,22910	32.266.670,09	28.465.656,35	0,77300	9,22910	36.067.683,83	31.818.910,67	3.606.768.383,0000	9,22910
	-5.385.671,73	-4.751.239,60	-0,14840	-1,72190	-6.020.103,86	-5.310.935,62	-0,14420	-1,72190	-6.729.272,10	-5.936.563,85	-672.927.210,00000	-1,72190
RPPS) -	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Acima da	10.044.917,01	-8.861.625,79	-0,27680	-3,21160	11.228.208,23	-9.905.525,29	-0,26900	-3,21160	12.550.891,17	11.072.396,19	1.255.089.117,00000	-3,21160
Linha(VI)=(V)+(III-IV)											0	
Juros, Encargos e	8.472.007,21	7.474.004,76	0,23340	2,70870	9.470.009,66	8.354.442,52	0,22690	2,70870	10.585.576,80	9.338.595,85	1.058.557.680,00000	2,70870
Variações Monetárias											0	
Ativo Passivo RPPS)												
Juros, Encargos e	1.418.696,57	1.251.574,11	0,03910	0,45360	1.585.819,03	1.399.009,55	0,03800	0,45360	1.772.628,51	1.563.812,87	177.262.851,00000	0,45360
Variações Monetárias Passivos(Exceto RPPS)												
Dívida Pública Consolidada(DC)	10.265.546,40	9.056.265,03	0,28280	3,28210	11.474.827,77	10.123.093,06	0,27490	3,28210	12.826.562,48	11.315.593,42	1.282.656.248,00000	3,28210
Dívida Consolidada Líquida(DCL)	0,00	0,00	0,00000	0,00000	0,00	0,00	0,00000	0,00000	0,00	0,00	0,00000	0,00000
Resultado Nominal(SEM RPPS) - Abaixo da linha	0,00	0,00	0,00000	0,00000	0,00	0,00	0,00000	0,00000	0,00	0,00	0,00000	0,00000

FONTE: SCPI - PPA [8.25.29.315], MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DO OESTE, Data/hora da emissão: 15/abr/2024 14h e 01m"

CENÁRIO MACROECONÔMICO	2025	2026	2027
Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial	11,78	11,78	11,78
Projeção do PIB do Estado - R\$ milhões	3.629.737.299,67	4.174.197.894,63	0,00
Receita Corrente Líquida (RCL)	312.774.411,05	349.619.236,87	390.804.382,76

São Gabriel do Oeste/MS, 17 de julho de 2024.

JEFERSON LUIZ TOMAZONI

Prefeito Municipal

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

2025

AMF – Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, § 2º, inciso

III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2023	2022	2021
---------------------	------	------	------

	(a)	(b)	(c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	467.100,00	0,00	424.950,00
Alienação de Bens Móveis	467.100,00	0,00	424.950,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00

DESPESAS EXECUTADAS	2023 (d)	2022 (e)	2021 (f)
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II) DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Investimentos Inversões Financeiras Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES REGIMES PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
VALOR(III)	(g) = ((Ia - IId) + IIIh)	(h) = ((Ib - IIe) + IIIi)	(i) = (Ic - IIj)
	892.050,00	424.950,00	424.950,00

FONTE: SCPI - PPA [8.25.29.315], MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DO OESTE. Data/hora da emissão: 15/abr/2024 14h e 05"

São Gabriel do Oeste/MS, 17 de julho de 2024.

JEFERSON LUIZ TOMAZONI

Prefeito Municipal

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

2025

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para 2025
---------	--------------------------

Aumento Permanente da Receita	10.812.634,91
(-) Transferências Constitucionais	0,00
(-) Transferências ao FUNDEB	2.162.526,98
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	8.650.107,93
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I+II)	8.650.107,93
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0,00
Novas DOCC	0,00
Novas DOCC geradas por PPP	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	8.650.107,93

FONTE: SCPI - PPA [8.25.29.325], MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DO OESTE, Data/hora da emissão: 16/jul/2024 08h e 03m"

São Gabriel do Oeste/MS, 17 de julho de 2024.

JEFERSON LUIZ TOMAZONI

Prefeito Municipal

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

2025

AMF –Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V) R\$ 1,00

TRIBUTOS	MODALIDADE	SETOR / PROGRAMAS BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2025	2026	2027	
Todos os Tributos	Anistia	Juros e Multas de Mora da Dívida Ativa	323.700,00	349.272,30	376.864,81	Arrecadação Dívida Ativa

FONTE: SCPI - PPA [8.25.29.325], MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DO OESTE, Data/hora da emissão: 16/jul/2024 08h e 11m"

São Gabriel do Oeste/MS, 17 de julho de 2024.

JEFERSON LUIZ TOMAZONI

Prefeito Municipal

DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

ARF (LRF, art 4o, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
PASSIVOS CONTINGENTES	0,00		0,00
Demandas Judiciais	1.500.000,00	Redução da Despesa orçamentária	1.500.000,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento	0,00		0,00
Avais e Garantias Concedidas	0,00		0,00
Assunção de Passivos	0,00		0,00
Assistências Diversas	0,00		0,00
Outros Passivos Contingentes	516.109,00	Abertura de créditos adicionais a partir da reserva de contingência	516.109,00
SUBTOTAL	2.016.109,00	SUBTOTAL	2.016.109,00
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS	0,00		0,00
Frustração de Arrecadação	2.000.000,00	Redução da despesa orçamentária	2.000.000,00
Restituição de Tributos a Maior	0,00		0,00
Discrepância de Projeções:	0,00		0,00
Outros Riscos Fiscais	0,00		0,00
SUBTOTAL	2.000.000,00	SUBTOTAL	2.000.000,00
TOTAL	4.016.109,00	TOTAL	4.016.109,00

FONTE: SCPI - PPA [8.25.29.325], MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DO OESTE, Data/hora da emissão: 16/jul/2024 08h e 04m"

São Gabriel do Oeste/MS, 17 de julho de 2024.

JEFERSON LUIZ TOMAZONI

Prefeito Municipal

Matéria enviada por LEONARDO DE OLIVEIRA SILVEIRA